



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

ROBERTA DE PAULA RODRIGUES

DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: contribuições para o estudo da Série  
Escravidão, do Fundo Câmara Municipal do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

2018

ROBERTA DE PAULA RODRIGUES

DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: contribuições para o estudo da Série  
Escravidão, do Fundo Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Arquivologia, como requisito parcial  
para obtenção do Grau de Bacharel em  
Arquivologia.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosale de Mattos  
Souza

Rio de Janeiro

2018

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UNIRIO.**

R	RODRIGUES, ROBERTA DE PAULA DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: contribuições para o estudo da Série Escravidão, do Fundo Câmara Municipal / ROBERTA DE PAULA RODRIGUES. -- Rio de Janeiro, 2018. 87  Orientadora: PROF. <sup>a</sup> . DR. <sup>a</sup> . ROSALE DE MATTOS SOUZA. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Graduação em Arquivologia, 2018.  1. DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA. 2. IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA. 3. ESCRAVIDÃO URBANA. 4. SÉRIE ESCRAVIDÃO . 5. CÂMARA MUNICIPAL. I. SOUZA, PROF. <sup>a</sup> . DR. <sup>a</sup> . ROSALE DE MATTOS, orient. II. Título.
---	---

ROBERTA DE PAULA RODRIGUES

DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: contribuições para o estudo da Série  
Escravidão, do Fundo Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Arquivologia, como requisito parcial  
para obtenção do Grau de Bacharel em  
Arquivologia.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de 2018

BANCA EXAMINADORA

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosale de Mattos Souza

---

Prof. M.e. Danilo André Cinacchi Bueno

---

Prof. M.e. Igor Silva Gak

## DEDICATÓRIA

*À Antonio e Antonia, os pais mais guerreiros e sábios que eu poderia ter, pelo dom da vida e por serem a razão de todos os meus esforços.*

*À Marilene Rosa Nogueira da Silva (in memoriam), a quem devo os conhecimentos sobre escravidão e sobre a vida.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, princípio e fim de todas as coisas, que em sua infinita misericórdia me concedeu o Dom da Vida, e me conduziu por toda esta jornada.

Agradeço aos meus pais Antonio e Antonia, meus irmãos Lucas, Renan e Natan, minha sobrinha Emanuelle, por serem tudo o que tenho de mais importante, e que mesmo longe fisicamente são o motivo das minhas conquistas.

Agradeço às minhas amigas “comilonas” Mariana, Nayara, Maria Eduarda e Thaís, por suportarem comigo a dor e a delícia de ser mulher, e por me animarem nos dias mais difíceis, minhas irmãs de coração!

Agradeço igualmente aos meus amigos Ariane, Igor, Lívia, Luciane, Larissa, Bruno, Matheus, Laísa, do curso de História da UERJ, por todos estes anos em que me acompanham, e por ajudarem na construção moral e social do ser humano que sou hoje. Vocês ajudaram a lapidar um diamante bruto!

Agradeço aos meus amigos de trabalho da Fundação PETROS, pela compreensão durante este período, me apoiando e, de forma única, valorizando e respeitando a profissão que escolhi.

Agradeço a Subgerência de Documentação Escrita do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na figura de sua responsável Geórgia Tavares, pela disponibilidade com que me atenderam durante a pesquisa realizada na instituição, minha primeira casa arquivística.

Agradeço de modo especial a minha orientadora Rosale de Mattos Souza, que nestes anos de graduação foi muito mais que uma professora, foi uma verdadeira amiga. Gratidão pelas palavras de carinho, pelas devidas correções, por dividir comigo também as suas lutas e por cada abraço acolhedor!

Agradeço, enfim, à família que esteve comigo diariamente em meu lar: minha irmã Bruna, a metade de mim, minha sobrinha Analu, o amor da vida de “titia”, e meu companheiro de vida Bruno, a pessoa que me ensinou, sem citar uma só palavra, que era preciso abraçar a luta pela igualdade racial. Sem o cuidado de vocês eu não teria

forças para concluir esta jornada. Gratidão a todos que dividem suas vidas e histórias comigo!

## RESUMO

RODRIGUES, Roberta de Paula. **DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA**: contribuições para o estudo da Série Escravidão, do Fundo Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 2018, 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como objetivo elucidar documentos da Série escravidão do Fundo Câmara Municipal, que se encontra no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ, tendo em vista a identificação de documentos através das suas espécies e tipos documentais, contribuindo para os estudos da Arquivística Contemporânea. Observou-se inicialmente as dificuldades na recuperação da informação dos documentos através do instrumento de pesquisa inventário analítico da Série Escravidão, e ao manusear por meio de microfilme, constatou-se que alguns documentos não estavam legíveis, dificultando a sua identificação, com lacunas de informação do órgão produtor e inconsistências quanto à terminologia arquivística. Como aspecto teórico-metodológico apresenta-se levantamento historiográfico sobre os aspectos da escravidão urbana no Rio de Janeiro, cuja principal característica era a presença do escravo de ganho pelas ruas da cidade durante os séculos XVIII e XIX e com a fundamentação teórica da Diplomática e da Tipologia Documental. No aspecto do campo empírico, elaborou-se um glossário de espécies e tipos documentais, através da pesquisa junto aos códices da série, sob a proposta do método comparativo aos glossários de espécies documentais elaborados por Heloísa Bellotto, glossário do Museu de Astronomia e Ciências Afins, glossário de “Documentos Avulsos” da Capitania da Bahia do Projeto Resgate da Biblioteca Nacional. Finalmente, apresenta-se uma proposta de Glossário de espécies e tipos documentais produzidos através da série escravidão, do Fundo da Câmara Municipal na cidade do Rio de Janeiro, como fruto das atividades específicas do sistema escravista urbano, contribuindo para a identificação dos documentos e a necessidade de elaboração futura de um novo instrumento de pesquisa para a Série Escravidão, de acordo com normas de descrição. Assinala-se a identificação documental arquivística como função fundamental para a elaboração eficiente de instrumentos de pesquisa e da descrição arquivística.

**Palavras-Chave:** Diplomática Contemporânea. Identificação Arquivística. Descrição Arquivística. Escravidão Urbana. Câmara Municipal.

## ABSTRACT

This work aims to elucidate documents of the Slavery Series of the Municipal Council Fund, which is in the General Archive of the City of Rio de Janeiro - AGCRJ, in order to identify documents through their species and documentary types, contributing to the studies of the Contemporary Archives. It was initially observed the difficulties in the retrieval of the information of the documents through the instrument of research analytical inventory of the Slavery Series, and when handling by means of microfilm, it was verified that some documents were not legible, making it difficult to identify them, with information gaps of the producing organ and inconsistencies in the archival terminology. As a theoretical-methodological aspect, a historiographic survey is presented on the aspects of urban slavery in Rio de Janeiro, whose main characteristic was the presence of the slave of gain in the streets of the city during the eighteenth and nineteenth centuries and with the theoretical foundation of Diplomatic and Documentary Typology. In the aspect of the empirical field, a glossary of species and documentary types was elaborated, through the research with the codices of the series, under the proposal of the comparative method to glossaries of documentary species elaborated by Heloísa Bellotto, glossary of the Museum of Astronomy and Related Sciences, "Loose Documents" glossary of the Captaincy of Bahia of the Rescue Project of the National Library. Finally, a proposal of a Glossary of species and documentary types produced through the slavery series, of the City Hall Fund in the city of Rio de Janeiro, is presented as a result of the specific activities of the urban slave system, contributing to the identification of the documents and the need for the future elaboration of a new research instrument for the Slavery Series, according to norms of description. Archival documentary identification is a fundamental function for the efficient elaboration of research instruments and archival description

**Keywords:** Contemporary Diplomacy. Archival Identification. Archival Description. Urban Slavery. Town hall.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Evolução da população escrava (%) do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX .....	37
<b>Quadro 2:</b> Glossário de Espécies e Tipos Documentais da Série Escravidão .....	69

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADAI – Apoyo y Desarrollo de Archivos Ibero Americanos

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

DIBRATE – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

ISAD (G) – General International Standard Archival Description

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 DIPLOMÁTICA: DA ABORDAGEM CLÁSSICA À TIPOLOGIA DOCUMENTAL</b>	<b>19</b>
2.1 DIPLOMÁTICA CLÁSSICA E MODERNA: DESENVOLVIMENTOS DOS ESTUDOS DIPLOMÁTICOS .....	21
2.2 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA OU DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA: APROXIMAÇÕES .....	25
2.3 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL .....	29
<b>3 ESCRAVIDÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX</b> .....	<b>34</b>
3.1 HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO .....	34
3.2 POPULAÇÃO ESCRAVA NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX .....	36
3.3 COMÉRCIO E TRABALHO ESCRAVO NA CIDADE: O CAIS DO VALONGO E OS ESCRAVOS DE GANHO .....	38
3.4 ASSOCIATIVISMO, RELIGIOSIDADE E SOLIDARIEDADE NEGRA NO RIO DE JANEIRO .....	43
3.5 FUNDO PARA EMANCIPAÇÃO DE ESCRAVOS E A JUNTA CLASSIFICADORA .....	47
<b>4 POLÍTICA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E O ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: CONTEXTUALIZANDO A SÉRIE ESCRAVIDÃO</b> .....	<b>50</b>
4.1 O ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO .....	50
4.2 SÉRIE ESCRAVIDÃO DO FUNDO CÂMARA MUNICIPAL .....	53
4.3 POLÍTICA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: RELEVÂNCIA E OPERAÇÕES TÉCNICAS .....	57
<b>5 GLOSSÁRIO DE ESPÉCIES DOCUMENTAIS DA SÉRIE ESCRAVIDÃO</b> .....	<b>64</b>
5.1 TRAJETÓRIA E METODOLOGIA DA PESQUISA .....	64
5.2 GLOSSÁRIO DE ESPÉCIES DOCUMENTAIS DA SÉRIE ESCRAVIDÃO – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL .....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ), órgão da Secretaria Municipal de Cultura, disponibiliza aos pesquisadores, por meio de microfilmagem, os documentos contidos em seu acervo<sup>1</sup> sobre o tema escravidão. O conjunto documental "Série<sup>2</sup> Escravidão" pertencente ao Fundo<sup>3</sup> Câmara Municipal é constituído por documentos em papel, de várias espécies, tais como requerimentos, cartas, telegramas, ofícios e etc. São registros referentes à abolição da escravidão, africanos livres, capitães do mato, as licenças para arrematação, escrituras de compra e venda de escravos, registros de escravos ladinos (escravos nascidos no Brasil ou não, já falantes da língua portuguesa e aculturados em relação aos costumes africanos) e de ganho, posturas municipais, tráfico de escravos, pagamento de sisas (imposto cobrado sobre o valor da negociação de terras, propriedades e de escravos), mercados de escravos e etc., acumulados pela administração pública da cidade do Rio de Janeiro, desde os tempos coloniais até a promulgação da Lei Áurea. Este conjunto documental nos dá uma ideia fidedigna do que foi a escravidão urbana. Em 1988, por ocasião do centenário da Abolição da Escravidão no Brasil, a documentação sobre esta temática foi descrita em Inventário Sumário, a fim de facilitar o acesso e as pesquisas ao conteúdo dos códices da Série. Em 2010, por meio do Programa ADAI (Apoyo y Desarrollo de Archivos Ibero Americanos) do Ministério da Cultura de Espanha, o acervo recebeu fomento para microfilmagem, higienização, descrição e disponibilização ao público. Ao final do projeto, a Série Escravidão do Fundo Câmara Municipal teve seus 101 códices descritos em Inventário Analítico, tendo como referência a NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística).

As primeiras questões que conduziram este trabalho surgiram a partir da análise do instrumento de pesquisa<sup>4</sup> elaborado pelo AGCRJ. A própria nomenclatura

---

<sup>1</sup>Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 19).

<sup>2</sup> Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto (caso dos documentos em análise) (Ibid., p. 153).

<sup>3</sup> Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. (Ibid., p. 97)

<sup>4</sup>Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas, normalmente empregada aos arquivos permanentes. (Ibid., p. 108)

do instrumento, *inventário analítico*<sup>5</sup>, não era mais condizente com o que sugere o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística e a respectiva Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Conforme o nível de descrição (série), seria mais apropriada a elaboração de um catálogo<sup>6</sup>. O instrumento, ainda com a terminologia antiga, apresenta uma descrição analítica de cada códice, (uma vez que o arranjo da Série agrupou os documentos em códices temáticos), mesclando informações entre tipos documentais, conteúdo genérico e assunto, no campo de descrição “assunto”. Por vezes, o que é descrito como espécie documental<sup>7</sup> trata-se de tipo documental<sup>8</sup>. A grande questão que impulsionou esta pesquisa foi: quais as contribuições que a Arquivologia poderia oferecer para a pesquisa histórica?

O primeiro objetivo desta pesquisa era elaborar uma nova proposta de instrumento de pesquisa para a instituição, sob a luz da literatura concernente à descrição arquivística, tendo como referências projetos consagrados como o do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no programa de Gestão de Documentos do Governo do Rio de Janeiro. Contudo, quando iniciou-se a *práxis* deste trabalho, percebeu-se que algumas questões impediriam o desenvolvimento do projeto: a documentação da Série Escravidão está em boa parte deteriorada por agentes químicos (papel ácido, corrosão de tinta ferrogálica) e humanos (com a proclamação da República em 1889, Tristão de Alencar Araripe – Ministro da Fazenda - autorizou a violação de documentos que pudessem gerar contestação por parte de ex-senhores de escravos, a fim de não onerar os cofres da República), apresentando códices parcial ou totalmente ilegíveis; o arranjo físico atribuído no início do século XX e a encadernação em códices não favoreciam outra organização tampouco a reconstrução do acervo como unidade orgânica, tendo os documentos um fundo – Câmara Municipal – mas não uma ordem original, considerando que o critério atribuído para a encadernação dos códices era a organização por assunto. Por fim,

---

<sup>5</sup>Instrumento de pesquisa que descreve analiticamente as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos. (Ibid., p. 109)

<sup>6</sup>Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica. (Ibid., p.45)

<sup>7</sup>Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza da informação nele contidas. Ex.: ata, carta, decreto... (BELLOTO, 2006, p. 52)

<sup>8</sup>Configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que o gerou. Ex.: certidão de nascimento, escritura de compra e venda... (Ibid., p. 52).

optou-se por elaborar um glossário de espécies e tipos documentais, a partir da observação dos 10 microfilmes disponíveis para consulta no AGCRJ, em função das dificuldades técnicas expostas anteriormente, e por se tratar do primeiro passo na identificação dos documentos.

Diante do atual cenário brasileiro, em que os recursos voltados para ensino, pesquisa e preservação de bens culturais tornam-se escassos, o conjunto documental aqui pesquisado, se apresenta como chave para a compreensão de um período tão significativo em nossa história, e ainda tão repleto de possibilidades de investigação: a escravidão no Brasil. Em 2010, em experiência pessoal de estágio pela faculdade de História no Arquivo Geral da Cidade, o fomento do projeto ADAI estava possibilitando a microfilmagem e descrição da Série Escravidão, assim como da Série Família Real, ambos do Fundo Câmara Municipal. Neste período, a Série despontava pela riqueza das tipologias documentais existentes, que constantemente a equipe relatava aos demais colegas, sempre como uma descoberta fascinante. Destas tipologias, uma em especial sempre pairou no meu imaginário de estudante de História: as cartas epistolares, cujos remetentes eram escravos, solicitando à Câmara Municipal, à Junta Classificadora para emancipação, ou mesmo para a Princesa Isabel, ajuda para custear a alforria de seus filhos, companheiros (as)...

Desde então, surgiu o interesse pelo estudo das espécies e tipos documentais produzidos durante a escravidão, mais precisamente da escravidão urbana no Rio de Janeiro, que possui inúmeras particularidades. A proposta deste trabalho é abordar a temática da escravidão através do olhar da Arquivologia, pois ainda são poucos os estudos que fujam da abordagem historiográfica. Há ainda uma gama de conjuntos documentais do período colonial depositados nos arquivos públicos que não foram explorados pelos arquivistas. Através da análise da documentação, foi desenvolvida pesquisa, visando contribuir para a Arquivologia, na abordagem das espécies documentais produzidas durante a escravidão no Brasil, como uma proposta para futuras pesquisas, que possam seguir a vertente Diplomática-Arquivologia-Escravidão, e a partir deste enfoque apresentar as contribuições arquivísticas para as pesquisas históricas e de quaisquer outras áreas. Esta é uma prazerosa experiência de pesquisa, com uma temática nova na área.

Por meio das experiências em sala de aula com a disciplina Diplomática (2º semestre de 2015, UNIRIO), posteriormente da participação no curso e seminário

sobre Diplomática Contemporânea e Tipologia Documental (dezembro de 2016), oferecido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, e outros eventos destinados à Diplomática Contemporânea, tornou-se possível uma análise crítica do instrumento de pesquisa referente à Série Escravidão, e percebeu-se que alguns conceitos, termos e o próprio conteúdo da descrição apresentavam pontos a serem melhorados. Verificando esta situação-problema, o contexto de produção da Série Escravidão, sua importância para a História de nosso país, e a urgência de elucidar o valor dos espaços culturais e de disseminação da informação em meio ao caos que a cultura, educação e ciência têm passado, este trabalho aponta para a necessidade de um olhar mais cuidadoso dos profissionais arquivistas para os conjuntos documentais que se encontram nos arquivos públicos.

Sabe-se que o tema escravidão abre caminhos para inúmeras linhas de pesquisa, e o fato do conjunto documental ser proveniente da capital do Império brasileiro, torna ainda mais complexo o sistema escravista no centro urbano. Conforme Silva (1988), o negro que circulava no Rio de Janeiro urbano desfrutava de certas vantagens em detrimento do escravo rural. Circulando pela cidade, o escravo urbano acompanhou - dentro de suas possibilidades - o processo de modernização da capital do Império; trabalhando em atividades diversas, desde carregador de objetos, liteiras, a barbeiro, cocheiro, vendedor ambulante, conseguia ao final da jornada pagar o valor do ganho ao seu dono e ainda acumular renda para a sua alforria. O escravo participava das irmandades religiosas negras das igrejas do Centro (Igreja de Santo Elesbão, N. S. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos), onde adquiriu benefícios de uma espécie de associativismo, e dentro das mesmas irmandades, desfrutava de uma “mobilidade social”.

A partir dos conceitos de Diplomática Contemporânea e Tipologia Documental, e com base na literatura sobre espécies documentais e escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, o objetivo deste trabalho é elencar as espécies documentais produzidas pela Câmara Municipal no período de 1759-1888, data-limite da Série Escravidão, produzindo um glossário com as espécies e tipos documentais identificados. Para tanto, utilizou-se a Diplomática Contemporânea e a Tipologia Documental e a literatura pertinente como base teórico-metodológica para a identificação de espécies documentais a serviço da pesquisa histórica, e o glossário elaborado por Heloísa Bellotto como parâmetro para análise dos resultados da

pesquisa no AGCRJ, onde se pôde comparar o glossário de autoria de Bellotto com as espécies encontradas durante a pesquisa na instituição – quais espécies não constavam no glossário de Bellotto. Este trabalho foi desenvolvido entre os meses de setembro a novembro de 2018.

O primeiro momento, compreendeu o levantamento bibliográfico e elucidação da fundamentação teórica, relacionando os marcos teóricos e principais conceitos diplomáticos, com enfoque na Diplomática Arquivística ou Tipologia Documental. Posteriormente, foram apresentadas as obras de referência sobre a escravidão no Brasil e as características deste sistema de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, à luz de estudos historiográficos consagrados e atuais. O aspecto da *práxis* da metodologia do trabalho de pesquisa consistiu nas consultas aos microfimes disponíveis aos pesquisadores no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde foram identificadas as espécies documentais, e assim pudemos compreender a dinâmica da gestão do sistema escravocrata pela Câmara Municipal da Corte. Por meio de consulta ao site do Arquivo Nacional ao projeto MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, estabeleceram-se as relações entre a Série Escravidão e os principais agentes da administração da Corte nos períodos Colonial e Imperial.

A partir dos anos 1980, os arquivistas, conforme Duranti (1995) “descobriram novos usos para esta velha ciência, baseados no seu potencial como um padrão para assegurar a confiabilidade geralmente dos registros modernos e especificamente de registros eletrônicos”. Pela Arquivologia, a Diplomática tem sido reinventada, adaptada, como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea. Passou-se a estudar o documento em todo o seu ciclo de vida, e diante das necessidades de desenvolvimento de metodologias para sustentar os novos programas arquivísticos, incluindo a avaliação e o planejamento da produção documental, “os arquivistas redescobrem a importância do estudo crítico do documento e volta à Diplomática para provar os valores dos seus princípios e métodos para documentos modernos e contemporâneos”. (DURANTI, 1995, p.36).

Na Europa, o principal problema dos serviços de arquivos já não era mais o da autenticidade dos documentos, uma vez que todos eles tinham uma presunção de autenticidade, nem tampouco era o problema da edição crítica de textos raros, mas o

da destinação, para conservar os documentos essenciais à prova e ao conhecimento, e o problema da criação de instrumentos de pesquisa mais científicos. Até então, a Diplomática era o campo de atuação de especialistas medievalistas que tinham muito a fazer com a massa de documentos medievais, contados em dezenas de quilômetros só na França. Por causa dos seus conhecimentos em Diplomática medieval, eles conseguiam abordar intuitivamente os problemas da Diplomática contemporânea e resolver as questões sem a necessidade de formação especial. Na Espanha, nos anos 1980 destacaram-se os trabalhos de diplomática aplicados aos documentos administrativos, de nomes como Luis Núñez Contreras, Riesco Terrero, Manuel Romero Tallafigo, Antonia Heredia Herrera, Vicenta Cortés e do Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madrid, preocupados em definir o conceito de documento de arquivo, elencando seus caracteres internos e externos, contribuindo assim para o advento da *Tipologia Documental*.

No Brasil, Heloísa Liberalli Bellotto tornou-se o referencial teórico sobre Tipologia Documental, publicando seus textos em 1982, e revisando-os em 1990, sendo sua obra o parâmetro para a prática arquivística em todo o país. Recentemente, destacam-se em Diplomática Contemporânea, as professoras e pesquisadoras Ana Célia Rodrigues e Natalia Bolfarini Tognoli. Conforme Bellotto (2006, p. 52-53), a tipologia documental é a ampliação da diplomática na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades do produtor. Volta-se para a lógica orgânica dos conjuntos documentais: a mesma construção diplomática em todos os documentos do mesmo tipo, para que se disponha sobre ou cumpra a mesma função.

Foi a introdução da gestão de documentos no campo profissional do arquivista, atendendo as demandas de produção e avaliação de documentos eletrônicos, que impulsionou os estudos de identificação da gênese documental, uma vez que, utilizando a identificação como metodologia de ensino e pesquisa, houve a aproximação entre a teoria e a prática arquivísticas. A experiência de identificação de tipologias documentais mostrou-se um método bastante eficaz no trabalho desenvolvido por Ana Célia Rodrigues no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo projeto de pesquisa "Identificação arquivística: utilizando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico no Programa de Gestão de

Documentos do Governo do Rio de Janeiro”, financiado pelo Programa Jovem Pesquisador UFF 2009.

Percebe-se aqui que, a partir da metodologia de identificação de tipologia documental, o arquivista é capaz de desenvolver senso crítico, pois passa a refletir sobre a gênese documental e seu contexto de produção, seja qual for o contexto ou situação arquivística do conjunto que esteja analisando, sendo capaz de propor tratamento mais completo e adequado. “Os princípios, conceitos e métodos da diplomática são universalmente válidos e podem oferecer sistemas e objetividade ao estudo arquivístico das formas dos documentos, isto é, uma maior qualidade científica” (DURANTI, 1995, p. 3).

A inserção desta nova perspectiva da diplomática no campo da arquivística, denominada diplomática contemporânea ou tipologia documental, possibilitou a implementação de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar o documento de arquivo, tema que ocupa hoje um considerável espaço de reflexão na literatura internacional. Entretanto, no Brasil o assunto não foi suficientemente discutido e esta questão permanece inédita no campo do debate teórico e metodológico. (RODRIGUES, 2008, p. 13)

A primeira seção deste trabalho aborda a fundamentação teórica, a partir do levantamento bibliográfico sobre a Diplomática Contemporânea e Tipologia Documental: foram traçados os marcos teóricos da Diplomática e da Tipologia Documental, apresentados os principais conceitos, fala-se sobre a experiência do grupo dos arquivistas de Madrid, exemplificando a abordagem da descrição por tipologias documentais, nos casos do Brasil e Espanha. A segunda seção apresenta o levantamento historiográfico sobre a Escravidão no Rio de Janeiro, a peculiaridade da escravidão urbana no RJ, destacando o escravo de ganho e por fim, estratégias da Câmara Municipal para a emancipação de escravos. A seguir, a terceira seção tem por finalidade apresentar o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, seu histórico, seu espaço na gestão de documentos na cidade, principais fundos e serviços, bem como contextualizar a Série Escravidão do Fundo Câmara Municipal: as condições físicas do acervo, descrição conforme a NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVISTICA (NOBRADE), contexto arquivístico, proveniência<sup>9</sup> e tratamento da

---

<sup>9</sup> Princípio da Proveniência: princípio básico da Arquivologia, segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado de *Respeito aos fundos*. (DIBRATE, 2005, p. 136)

informação pela instituição custodiadora, e as políticas públicas sobre descrição e considerações pertinentes ao conjunto documental. Por fim, a quarta seção é o resultado da *práxis*: levantamento das espécies documentais, a condução do trabalho, elaboração de glossário de espécies e tipos documentais visando o tratamento arquivístico das informações coletadas.

Em um período de tantas tentativas de apagamento da História de nosso país, a comunidade arquivística precisa encabeçar o trabalho de preservação e acesso à informação, tão mencionados a partir da Lei 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação); há uma quantidade enorme de acervos sob a custódia de arquivos públicos em todo o Brasil que ainda não foram tratados e disponibilizados. Pretende-se desenvolver um trabalho a partir do viés da Arquivologia e Escravidão, abrindo novas perspectivas de pesquisa sob este enfoque. Espera-se que esta pesquisa alcance um público ainda maior aos acervos das instituições de preservação da informação, e que a partir das temáticas aqui abordadas surjam novas linhas de pesquisa.

## 2 DIPLOMÁTICA: DA ABORDAGEM CLÁSSICA À TIPOLOGIA DOCUMENTAL

A presente seção apresenta uma trajetória da consolidação da Diplomática, desde os primeiros tratados da Idade Média, com a questão fundamental da autenticidade dos documentos e estabelecimento dos elementos da crítica documental, à Diplomática Contemporânea (ou Arquivística), com os estudos dos contextos de produção e alargamento do conceito de documento diplomático, culminando nos estudos atuais da Tipologia Documental e suas contribuições para a Arquivologia. Por fim, pretende-se estabelecer a contribuição teórico-metodológica da Diplomática Contemporânea e Tipologia Documental para o trabalho empírico desenvolvido na pesquisa sobre a Série Escravidão do Fundo Câmara Municipal.

### 2.1 DIPLOMÁTICA CLÁSSICA E MODERNA: DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS DIPLOMÁTICOS

A questão da verificação da autenticidade dos documentos esteve presente desde a Antiguidade, contudo, o caráter de autêntico de um documento era-lhe conferido pelo grau de importância da instituição onde estava depositado, e não ainda pelos seus elementos intrínsecos. Na Idade Média, emergiram os primeiros manuais, em que se percebeu a preocupação com a elaboração dos documentos, a fim de garantir a força que o documento por si adquire conforme as condições de sua escrita e seu texto. A Diplomática surgiu a partir desse contexto, em meio às disciplinas que se dedicavam ao estudo crítico dos documentos, a fim de garantir sua autenticidade e valor legal.

Em “Noções de Paleografia e Diplomática” (2012), apresenta-se a conceituação básica da Diplomática, desde sua origem: *ciências dos diplomas*. O termo fora empregado primeiramente por Dom Jean Mabillon para designar a ciência que estuda o conjunto de documentos de arquivo que possam constituir fontes históricas: cartas, atos, tratados, contratos, registros judiciais e outros documentos oficiais que nos legaram os antepassados e, mais particularmente, a Idade Média. (BERWANGER e LEAL, 2012, p.25).

Guimarães e Tognoli (2013) contextualizaram as abordagens da Diplomática em três momentos: Diplomática Clássica, Diplomática Moderna e Diplomática Contemporânea. O primeiro momento, definido por eles como Diplomática Clássica, anterior a Revolução Francesa e até meados do séc. XIX, fora marcado por lutas e guerras entre reinos e ordens eclesiais, que utilizaram dos diplomas para obter a posse de terras e maior influência e poder. Bresslau (1998) lembra que na Alemanha, em meio às constantes disputas por poder e soberania, os diplomas antigos eram corriqueiramente evocados, e os grupos inimigos colocavam à prova os documentos apresentados por seus adversários, fazendo da necessidade jurídico-administrativa o motivo para a elaboração dos primeiros tratados e manuais sobre crítica documental. Bellotto (2006) contextualizou o surgimento da Diplomática a partir da reação do espírito crítico dos homens do séc. XVII à fidedignidade de certos “diplomas” medievais. A necessidade daquele momento era distinguir os documentos falsos dos verdadeiros, pois se falsificavam documentos, principalmente de ordens eclesiais, a fim de reivindicar títulos de terras, heranças e privilégios. Não havia aí a preocupação com definição de conceitos, mas buscou-se estabelecer um juízo sobre os documentos que estavam sob a análise para fins práticos jurídicos e, para isso, não era necessário o estabelecimento de termos, mas, sim, a aplicação de um método para verificar os elementos. Esses tratados e manuais tinham a função de criticar os diplomas, estabelecer sua autenticidade ou falsidade, baseando-se no método analítico-comparativo, e não de criar teorias. Nem mesmo o documento vinha definido, na medida em que ele era entendido como sinônimo de instrumento, monumento, carta, diploma, ato, testamento, contratos. Contudo, foram a Igreja Católica e as questões de suas terras que consolidaram a Diplomática em meio às ciências documentais.

Em 1643, a Igreja Católica, preocupada com uma teologia menos especulativa, publicou sob as letras de Jean Bolland os primeiros volumes da *Acta Sanctorum*, importantíssima obra sobre a vida dos santos, demonstrando sua preocupação em distinguir as muitas lendas dos fatos verídicos. Quando da sua morte em 1665, Henschenius Godfrey e Daniel van Papenbroeck assumiram a direção dos volumes seguintes, e em 1675, durante o prefácio do segundo volume do mês de abril da *Acta*, Papenbroeck declarou falso um diploma de doação de Dagoberto I (que na verdade era de Dagoberto II) em favor do Mosteiro de São Maximino de Tréves (Alemanha).

No entanto, em meio aos poucos documentos de que dispunha, o método de análise de Papenbroeck foi considerado pouco científico. Embora suas obras tenham falhado no estabelecimento de regras e critérios científicos, Papenbroeck foi um grande impulsionador para que a ordem dos beneditinos compilasse os tratados sobre a crítica dos diplomas, e conseqüentemente se tornassem os grandes eruditos da crítica diplomática.

A chamada “guerra diplomática” teve início no século XVII, quando o jesuíta Daniel de Papenbroeck pôs em dúvida alguns documentos beneditinos. Estes foram defendidos por Jean Mabillon, que, para tanto, acabou publicando o clássico tratado *De Re Diplomatica*. Assim, de início, a nova técnica documental servia à área do direito eclesiástico mais do que a qualquer outra atividade. (BELLOTTO, 2006, p. 47 apud TESSIER, 1961, p. 633-78)

Gozando de grande prestígio entre os beneditinos, e após longa experiência crítica comprovada, Jean Mabillon foi designado para contestar a obra de Papenbroeck. Na publicação *De Re Diplomatica Libri VI*, de 1681, Dom Jean Mabillon sistematizou os critérios para a crítica documental, considerando o caráter individual de cada documento (bulas, tratados...). Através do exame individual de cerca de duzentos documentos diferentes, concluía que eram necessários conhecimentos em Paleografia, Cronologia, Numismática, bem como a análise de elementos extrínsecos (referentes ao material empregado, papel, tipos, tinta, letra, estudo de selo...) e intrínsecos (relativos à língua, ao teor e ao texto), para verificar a autenticidade dos documentos. Os documentos diplomáticos, objeto da Diplomática, são os de natureza jurídico-administrativa que, refletem no ato escrito as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, configurando assim os documentos públicos. (BELLOTTO, 2004, p. 46).

Em um segundo momento, já no século XIX, o valor de testemunho histórico fora incorporado à importância prático-jurídica, na busca por compreensão do passado. O período foi marcado pelas revoluções que mudariam o rosto ainda feudal da Europa. Após a Revolução Francesa, a sociedade do Antigo Regime entrou em colapso, e muitas de suas instituições foram extintas e outras emergiram. Neste sentido, os documentos medievais das instituições eclesiásticas e imperiais perderam sua relevância prático-jurídica. Em busca de um ideal nacionalista e reconstrução de uma identidade nacional, foram abertos os arquivos aos cidadãos e à pesquisa histórica, principalmente com a criação do Arquivo Nacional francês, em 1794.

Observou-se nos arquivos e nas fontes primárias a possibilidade de reconstrução fidedigna do passado. Neste período, as formulações para um método, objeto e teoria se consolidaram na Diplomática, pois além de comprovar valor legal dos documentos, estes também seriam aporte para a compreensão do passado, marcas da influência positivista e do movimento historiográfico na construção de métodos para a racionalização do trabalho científico. Nessa relação do documento de arquivo com a História tem-se caracterizada a Diplomática Moderna, e esta adquiriu o título de *ciência auxiliar da História* (assim como a Paleografia, a Arquivística e a Heráldica). Por conseguinte, sob a influência positivista, foram elaboradas as primeiras obras arquivísticas, como o Manual de arranjo e descrição dos arquivistas holandeses, de 1898.

A relação da abertura dos arquivos e da aproximação da História com a Diplomática fez com que se fundassem sociedades e institutos destinados à crítica das fontes documentais. Com a abertura dos arquivos eclesiais, os documentos foram disponibilizados entre os diversos arquivos locais, e estes grupos de críticos debruçaram-se sobre a concentração dos documentos pertinentes às histórias locais, aumentando os estudos sobre os documentos antigos. Entre os casos alemães estão os trabalhos de Leopold von Ranke e seus alunos, *Os Anais da História do Império Alemão* (1834).

Theodor von Sickel é considerado o pai da Diplomática moderna. Com vasto conhecimento adquirido nas escolas francesas e italianas, o método de Sickel consistia no pensamento de que para verificar a autenticidade do documento, necessitava-se confrontá-lo com outros seguramente originais da mesma época ou de mesmo autor. Nisto, propunha um método baseando-se no confronto de escrituras de documentos produzidos pela mesma pessoa (ou o mesmo notário, como neste caso). Enquanto Mabillon apresentava que o tipo de escritura variava conforme a época, Sickel propunha o estudo do tipo de escritura variando de notário para notário.

Ainda no contexto da Diplomática Moderna, emergiu o conceito de *documento diplomático*, entendido como “testemunho escrito, redigido segundo uma forma determinada – variável com relação ao lugar, à época, à pessoa, ao negócio, sobre fatos de natureza jurídica” (GUIMARÃES e TOGNOLI, 2013, p. 26, apud SICKEL, 1867, p. 02), e a divisão do método diplomático entre Protocolo Inicial, Texto e

Protocolo Final, além da distinção entre *actio* e *conscriptio*, por Julius Ficker (1877)<sup>10</sup>, ação e momento da documentação. A escola austríaca de Theodor Von Sickel e Julius Von Ficker, com métodos diferentes, porém complementares, elevou a Diplomática ao status de disciplina científica, enriquecendo significativamente sua base teórica e metodológica.

Neste contexto, enquanto a Diplomática enriqueceu suas bases metodológicas, a Arquivística sofreu com o retrocesso. A partir da abertura dos arquivos, buscando facilitar a pesquisa histórica, os documentos foram reordenados e reorganizados sob a classificação temática, criando um enorme volume de documentos desorganizados e sem classificação. Somente em 1841, sob uma ordem de serviço atribuída a Natalis de Wally, seria enunciado o primeiro princípio arquivístico, o da *proveniência*: deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada. Sob a luz deste princípio, a Arquivística encontrou o aspecto norteador para todos os trabalhos desenvolvidos *a posteriori*.

## 2.2 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA OU DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA: APROXIMAÇÕES

No terceiro momento, que compreende de meados do século XX até os dias atuais, houve o alargamento das fronteiras temporais e conceituais da Diplomática, e a interdisciplinaridade proporcionou a outras disciplinas fazer uso dos estudos diplomáticos, e não somente a História. Estreitaram-se as relações da Diplomática com a Arquivologia. Após a II Guerra Mundial, a Diplomática evoluiu, passando a analisar os contextos de produção dos documentos, as relações entre as competências, funções e atividades do produtor. Uma vez que o conceito de documento se tornou mais amplo, passou-se a analisar a complexidade de seu ambiente de produção, a fim de compreender a lógica de funcionamento de seu produtor. Tognoli (2013) salienta que o alargamento do conceito de documento diplomático acompanha as escolas historiográficas no sentido de validar

---

<sup>10</sup>FICKER, J. Beiträge zur Urkundenlehre. Innsbruck: Verlag der Wagner'schen Universitaets-Buchhandlung, 1877.

diplomaticamente os documentos que poderiam se tornar fontes históricas. Assim, as atas, escrituras, minutas e demais documentos que servissem à preparação do documento diplomático entrariam para o rol de análise da área.

Em 1961, Robert-Henry Bautier propôs uma ampliação do objeto da Diplomática para além dos documentos de natureza jurídico-administrativa e de valor probatório. O documento de arquivo passava, então, a ser o objeto de estudo da Diplomática. Bautier identificava, naquele momento, como objeto da Diplomática todos os documentos mantidos nos arquivos, dos mais solenes aos mais comuns. Esta mudança de paradigma permitia a compreensão do documento em função do fundo ao qual pertence ou pertenceu. Assim, passou-se a compreender o documento inserido em um contexto de produção, mantendo relação orgânica com os outros documentos produzidos e/ou recebidos, como reflexo de funções e atividades desenvolvidas pelo produtor.

Para Bautier (1961, p. 212), a questão da organicidade é fundamental para a compreensão do documento, de modo que os diplomatas deveriam apoiar-se na perspectiva de fundo<sup>11</sup> e conjunto<sup>12</sup>, oferecidos pela Arquivologia. Esta abordagem passa a ser conhecida como Diplomática Arquivística ou Diplomática Contemporânea, onde a análise do arquivista ocorre desde o contexto documental imediato e social do material examinado ao contexto funcional dos produtores dos documentos e suas relações.

[...] A crítica dos documentos é surpreendentemente facilitada pela sua aproximação aos documentos anteriores e posteriores a eles, assim como pela reunião de peças de um mesmo dossiê [...]. Nós estamos convencidos que os diplomatas seriam muito mais conscientes deste aspecto se eles tivessem sempre acreditado na noção de que o documento diplomático é essencialmente um documento de arquivo, quer dizer, uma peça em um conjunto, um elemento em um fundo. (GUIMARÃES e TOGNOLI, 2013, p. 26 apud BAUTIER, 1961, p. 212, tradução dos autores).

---

<sup>11</sup>Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2006, p. 98), o conceito de fundo equivale ao de arquivo: conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.

<sup>12</sup> O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística não conceitua em separado o termo CONJUNTO DOCUMENTAL, pois este estaria inserido no conceito de FUNDO. Bellotto (2002, p.19) apud Lodolini (1993, p. 24) caracteriza os conjuntos documentais como "sedimentação documentária das atividades administrativas, cujos documentos estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado". Assim, compreender o fundo arquivístico como um conjunto está intimamente ligado à compreensão de que os documentos oriundos de um mesmo produtor possuem um vínculo indivisível, diferentemente da Diplomática que estuda a espécie documental como documento *per si*.

Em *Dar nome aos documentos, da teoria a prática*, (resultante de palestras do seminário homônimo de 2013, de iniciativa da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso), Delmas (2015) abordou o surgimento da Diplomática Contemporânea e como ela se desdobrou a partir de necessidades diferentes na América do Norte e na Europa. Para ambos os casos, o marco seria o grande volume de documentos produzidos e copiados remanescentes na Segunda Guerra Mundial. O volume documental que necessitava de tratamento, a mudança de paradigma do objeto da Diplomática e as novas formas de produção e transmissão de documentos era o contexto dos novos estudos em Diplomática. Em 1973, em missão pela UNESCO no Senegal, Delmas deparou-se com arquivos onde os documentos mais recentes datavam de meados do século XIX. Por meio de trabalhos práticos de classificação e destinação de documentos, percebeu então que, não tendo estudado diplomática, os alunos não distinguiam, por exemplo, originais das cópias e quais os documentos mais importantes a conservar. Fazia-se necessário criar um curso de diplomática adaptado para os arquivos que eles deveriam conservar. Nasceu assim o ensino da Diplomática contemporânea (ou Diplomática Arquivística), assim chamada para distingui-la da Diplomática clássica, que é a Diplomática medieval.

O objetivo era fornecer uma ferramenta intelectual de crítica dos documentos dos séculos XIX e XX, a fim de instituir, com uma abordagem racional, a descrição e a análise, tanto quanto a avaliação e a destinação dos documentos - problemas, a partir de então, cruciais, provocados pelo alongamento da cadeia da gênese e pela multiplicação dos meios de difusão. Isso implicava levar em conta conhecimentos diferentes, por exemplo, a paleografia ou a cronologia – disciplinas pouco úteis, no caso, para desenvolver novas ferramentas, com o cuidado de evitar a destruição das provas ou dos vestígios únicos. (DELMAS, 2015, p. 36-37).

Na Itália, destacam-se os estudos realizados por Paola Carucci (1987) que contribuiu substancialmente redefinindo o documento de um modo mais amplo e concentrando as atenções na proveniência administrativa que o gera antes de sua forma documental. Por esta visão, integra-se a Diplomática com a Arquivologia, considerando o documento como produto do procedimento administrativo. Carucci define a diplomática como:

[...] disciplina que estuda o documento individual ou, se preferirmos, a unidade arquivística elementar, o documento, mas também o arquivo, o registro, analisando, sobretudo, os aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos, tanto na sua formação quanto nos seus efeitos” (CARUCCI, 1987, p. 27).

A partir dos anos 1980, os arquivistas, conforme Duranti (1995) “descobriram novos usos para esta velha ciência, baseados no seu potencial como um padrão para assegurar a confiabilidade geralmente dos registros modernos e especificamente de registros eletrônicos”. Pela Arquivologia, a Diplomática tem sido reinventada, adaptada, como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea. Passou-se a estudar o documento em todo o seu ciclo de vida, e diante das necessidades de desenvolvimento de metodologias para sustentar os novos programas arquivísticos, incluindo a avaliação e o planejamento da produção documental, “os arquivistas redescobrem a importância do estudo crítico do documento e volta à Diplomática para provar os valores dos seus princípios e métodos para documentos modernos e contemporâneos”. (DURANTI, 1995, p.36).

Na prática canadense, Duranti (1994, p. 50) fez uma revisão da Diplomática; avaliando a autenticidade de documentos medievais, buscando saber se os princípios e conceitos anteriormente desenvolvidos podem ser aplicados aos documentos produzidos pela burocracia moderna. Suas pesquisas tiveram como foco a aplicabilidade dos conceitos diplomáticos na produção de documentos digitais, e verificação da autenticidade e valor probatório dos mesmos. É a partir de suas pesquisas, divulgadas pelo Projeto InterPares<sup>13</sup> que em diversos países iniciou-se a aplicação e verificação da denominada Diplomática Contemporânea.

Na América do Norte anglófona, mais avançada no uso da informática, a questão crucial era a da prova legal (ciência forense). A pesquisa de Duranti consistiu primeiro em testar a validade dos conceitos, dos princípios e dos métodos para adquirir e manter o controle de registros eletrônicos. A pesquisa teve também o propósito de encontrar soluções para as questões que não fossem específicas de um contexto sociocultural e jurídico, mas que pudessem ser aplicadas universalmente.

---

<sup>13</sup>O Projeto InterPARES - International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos), iniciado em 1995 e coordenado pela Universidade de British Columbia, no Canadá, tem desenvolvido conhecimento teórico-metodológico essencial para a preservação de longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos.

## 2.3 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL

Na Europa, o principal problema dos serviços de arquivos já não era mais o da autenticidade dos documentos, uma vez que todos eles tinham uma presunção de autenticidade, nem tampouco da edição crítica de textos raros, mas o da destinação, para conservar os documentos essenciais à prova e ao conhecimento, e a preocupação com a criação de instrumentos de pesquisa mais científicos. Até então, a Diplomática era o campo de atuação de especialistas medievalistas que tinham muito a fazer com a massa de documentos medievais, contados em dezenas de quilômetros só na França. Por causa dos seus conhecimentos em Diplomática medieval, eles conseguiam abordar intuitivamente os problemas da Diplomática contemporânea e resolver as questões sem a necessidade de formação especial. Na Espanha dos anos 1980 destacaram-se os trabalhos de diplomática aplicados aos documentos administrativos, de profissionais como Luis Núñez Contreras (1981), Ángel Riesco Terrero (1999), Manuel Romero Tallafigo (1981), Antonia Heredia Herrera (1988), Vicenta Cortés Alonso (1981, 1986) e do Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madri, preocupados em definir o conceito de documento de arquivo, elencando seus caracteres internos e externos.

O grupo de Madri coordenado por Vicenta Cortés Alonso debruçou-se sobre a classificação e descrição de documentos públicos. Neste empreendimento, foram estudados cinquenta tipos documentais, distribuídos entre os membros da equipe. O objetivo do trabalho era determinar os tipos documentais para saber de que documentos se tratavam e quais os seus iguais, a fim de colocá-los juntos, formando as séries documentais. O modelo de análise desenvolvido pelo grupo dos arquivistas de Madri foi pensado para a identificação de documentos de primeira idade (ou comumente chamados de arquivos correntes, onde os documentos estão tramitando administrativamente e atendem o objetivo para o qual foram produzidos), onde estão disponíveis todas as informações sobre o documento e sobre seu órgão produtor. O grupo associou o procedimento de identificação de documentos primeiramente à classificação e descrição, e depois passou a utilizá-lo para a avaliação, a fim de uniformizar a maneira de trabalhar dos arquivistas, promovendo manuais de classificação, descrição e avaliação por séries (CORTÉS ALONSO, 1986). Esta mudança na prática acompanhou a ampliação do conceito de documento, porque se

entendeu que ele refletia a própria complexidade do seu ambiente de produção, e que para analisá-lo era preciso compreender a lógica de funcionamento de seu produtor. Assim, foram introduzidos na metodologia da diplomática contemporânea o estudo das competências, funções e atividades do produtor do conjunto documental, revelando o *vínculo arquivístico*.

No Brasil, Heloísa Liberalli Bellotto tornou-se o referencial teórico sobre tipologia documental, publicando seus textos em 1982, e revisando-os em 1990, sendo sua obra o parâmetro para a prática arquivística em todo o país. Recentemente, destacam-se em Diplomática Contemporânea, as professoras e pesquisadoras Ana Célia Rodrigues e Natalia Bolfarini Tognoli. Conforme Bellotto (2006, p. 52-53), a tipologia documental é a ampliação da diplomática na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades do produtor.

Em definitivo, o objeto da diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico das partes e dos seus caracteres para aquilatar sua autenticidade e fidedignidade, enquanto o objeto da tipologia o estuda como componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. Nesse sentido, o conjunto homogêneo de atos está expresso em um conjunto homogêneo de documentos, com uniformidade de vigência. (BELLOTTO, 2004, p. 52)

Volta-se para a lógica orgânica dos conjuntos documentais: a mesma construção diplomática em todos os documentos do mesmo tipo, para que se disponha sobre ou cumpra a mesma função.

Bellotto (2006) defende que são as duas metodologias de análise - a tipológica e a diplomática - são importantes para o trabalho do arquivista, a primeira no seu trabalho de apoio ao pesquisador e nas atividades de descrição e a segunda, na avaliação e, secundariamente, na descrição. Bellotto (2006) caracteriza que *espécie documental* é a configuração que assume o documento conforme a disposição e a natureza de sua informação, e que *tipo documental* é a espécie já com a atribuição da atividade que o gerou. Por conseguinte, na diplomática a análise tipológica parte da espécie, independente das características do conjunto; enquanto na arquivística, a análise tipológica parte da proveniência.

[...] A espécie documental diplomática, portanto, é a espécie documental que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo direito

administrativo ou notarial. A casa setor ou vertente das instâncias administrativas corresponde todo um rol de espécies documentais. Exemplifica-se: a área legislativa é o meio genético de espécies como projetos de lei, decretos, requerimentos, moções, entre outros. Na área notarial, temos o livro de assentamento, a procuração, o traslado, a certidão, entre outros. [...]. (Bellotto, 2006, p. 56)

#### Sobre a diferenciação entre espécie e tipo documental:

[...] O tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa. Nessa definição, é possível identificar que o tipo documental correspondente a uma atividade administrativa tende a caracterizar coletividades; sua denominação sempre corresponde à espécie anexada à atividade concernente e vale como conjunto documental representativo da atividade que caracteriza. O tipo documental pode ser visto como “atributo” de um documento que, originado na atividade administrativa a que serve, se manifesta em uma diagramação, formato e conteúdo distintivos e serve de elemento para classificá-lo, descrevê-lo e determinar-lhe a categoria diplomática”. [...]. (Ibidem, p. 57)

Foi a introdução da gestão de documentos no campo profissional do arquivista, atendendo as demandas de produção e avaliação de documentos eletrônicos, que impulsionou os estudos de identificação da gênese documental, uma vez que, utilizando a identificação como metodologia de ensino e pesquisa, houve a aproximação entre a teoria e prática arquivísticas. A experiência de identificação de tipologias documentais mostrou-se um método bastante eficaz no trabalho desenvolvido por Ana Célia Rodrigues no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo projeto de pesquisa “Identificação arquivística: utilizando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Rio de Janeiro (PGD-RJ)”, financiado pelo Programa Jovem Pesquisador, da UFF 2009. O PGD-RJ foi criado pelo Decreto Estadual nº 42.002, de 21 de agosto de 2009, para promover a racionalização e padronização dos procedimentos gerais referentes à Gestão de Documentos na administração pública estadual.<sup>14</sup> Os objetivos principais do PGD-RJ são: a disponibilização da informação do Estado de forma organizada, acessível e protegida; a atuação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro como gestor da documentação estadual; o fortalecimento

---

<sup>14</sup> Site do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeConteudo?article-id=2980837>> Acesso em: 11 de out. 2018.

de mecanismos de transparência administrativa e de comunicação; e a modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de tecnologia.

Neste projeto foram aplicados os parâmetros da diplomática contemporânea para a identificação da tipologia documental, objetivando a normalização de procedimentos para classificar e avaliar os documentos das Secretarias de Fazenda e de Planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Projeto de Gestão de Documentos, através de parceria institucional estabelecida entre o Arquivo Público do Estado, da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense – UFF.

Percebe-se aqui que, a partir da metodologia de identificação de tipologias documentais, o arquivista é capaz de desenvolver o senso crítico, pois passa a refletir sobre a gênese documental e seu contexto de produção, seja qual for o contexto ou situação arquivística do conjunto que esteja analisando, sendo capaz de propor tratamento mais completo e adequado. “Os princípios, conceitos e métodos da diplomática são universalmente válidos e podem oferecer sistemas e objetividade ao estudo arquivístico das formas dos documentos, isto é, uma maior qualidade científica” (DURANTI, 1995, p. 3).

A inserção desta nova perspectiva da diplomática no campo da arquivística, denominada diplomática contemporânea ou tipologia documental, possibilitou a implementação de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar o documento de arquivo, tema que ocupa hoje um considerável espaço de reflexão na literatura internacional. Entretanto, no Brasil o assunto não foi suficientemente discutido e esta questão permanece inédita no campo do debate teórico e metodológico. (RODRIGUES, 2008, p. 13)

Alguns autores, como Leal (2015, p. 2) afirmam que não há distinção entre os três momentos da Diplomática: Clássica, Moderna e Contemporânea. Para este, ela é uma ciência única, em constante evolução, própria de cada tempo. Na tradição Arquivística brasileira denominamos de Tipologia Documental a extensão dos estudos da Diplomática na Arquivologia, em busca da contextualização do documento para o entendimento de sua gênese. Embora alguns autores ainda não tenham um consenso sobre Diplomática Contemporânea e Tipologia Documental como sinônimas, ao longo deste trabalho utilizaremos o conceito de Diplomática Contemporânea como estudo que abrange atualmente a gênese ou tradição documental, a estrutura, a forma e também a tipologia dos documentos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela aplicabilidade da Diplomática Contemporânea e Tipologia Documental, a partir do seu primeiro momento: a identificação das espécies e tipos documentais presentes na Série Escravidão, enquanto parte de um arquivo permanente<sup>15</sup>. Bellotto (2006) elucida que, por mais que a análise tipológica seja aplicada às séries documentais e preferivelmente aos documentos de fase corrente, o conjunto documental Série Escravidão é uma série temática, e não funcional (não reflete a estrutura administrativa do órgão produtor do fundo), e não é possível concluir o levantamento dos dados estruturais e funcionais do fundo. Considerando as circunstâncias impeditivas de desenvolver um instrumento de pesquisa baseado na Tipologia Documental, esta pesquisa apoia-se na defesa de que a identificação diplomática das espécies e tipos documentais dos arquivos permanentes, neste caso dos documentos da Série Escravidão do Fundo Câmara Municipal, dará ao pesquisador a real dimensão e o real significado dos temas e subtemas contidos no fundo.

Assis e Panisset (2016) apresentam o quanto a atuação dos arquivistas, mediante o contexto de efervescência da memória e principalmente do dever de memória, pode contribuir para as pesquisas históricas e sociais, pois o trabalho arquivístico promove a visão do arquivo como resultado da experiência humana, contribuindo para que a sociedade se identifique nos conjuntos documentais sob custódia dos arquivos públicos, produza sentidos e tome conhecimento dos fatos, a fim de recorrer aos arquivos como fonte de prova, como elementos de construção da identidade sociocultural, como aporte para a busca por justiça social. É neste sentido que a presente pesquisa tem como objetivo, diante do exposto nas próximas seções, apresentar as contribuições da Arquivologia para a pesquisa histórica e de outras áreas a quem possa interessar, mediante a aplicação da metodologia da Diplomática Contemporânea e da Tipologia Documental.

---

<sup>15</sup>Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor. (DIBRATE, 2006, p. 34).

### 3 ESCRAVIDÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

As mudanças de perspectiva da historiografia brasileira, durante os anos 1970-1980, sobre o tema da escravidão, permitiram novas linhas de pesquisa, onde o escravo urbano adquiriu visibilidade e espaço entre as narrativas da escravidão. A presente seção expõe um levantamento historiográfico sobre o cotidiano nos escravos urbanos, principalmente os escravos de ganho, da cidade do Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XVII, elucidando o comércio, o controle social, os associativismos e irmandades negras, e a o movimento de emancipação de escravos controlado pelo governo imperial.

#### 3.1 HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO

Em 1988, por ocasião do Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil, intensificaram-se os trabalhos acadêmicos e publicações de periódicos e livros sobre a temática. Em meio ao processo de redemocratização onde o país havia saído há poucos anos da Ditadura Civil-Militar, percebeu-se que os brasileiros conheciam ainda muito pouco de sua história. A historiografia brasileira acompanhou a volta do processo democrático, por meio de estudos cada vez mais voltados para as questões sociais, econômicas, de grupos sociais ainda raramente estudados, e nisto, o que se conhecia sobre a escravidão no Brasil refletia muito ainda do âmbito rural e do interior do território brasileiro.

A grande novidade entre as pesquisas desenvolvidas no período é o estudo sobre a vida, trabalho e sociabilidade dos escravos nos centros urbanos durante o séc. XIX. Em especial atenção à cidade do Rio de Janeiro, para onde a Corte portuguesa foi transferida em 1808 em virtude das guerras napoleônicas, os escravos urbanos participaram das inúmeras transformações da cidade. A partir de 1820, com a declaração da independência e consolidação do Império brasileiro, as atividades mercantis e portuárias se intensificam, e para suportar o aumento do comércio de escravos e as mudanças estruturais do trabalho destes na cidade, surge a modalidade escravista do “escravo de ganho”, importante para o crescimento da cidade,

alargamento das estruturas comerciais da capital do Império, e para os cativos, a possibilidade de transitar pela cidade, tecendo relações sociais, religiosas e esboçando as estratégias de liberdade.

A historiografia da escravidão centrava-se em uma servidão até certo ponto consensual, que promoveu a democracia racial e miscigenação do povo brasileiro. Em 1979, Kátia M. de Queiroz Mattoso publicou na França a primeira edição de *Ser escravo no Brasil – séculos XVI-XIX*, fruto de suas pesquisas sobre os aspectos da escravidão, com enfoque no caso da escravidão na Bahia. A autora pesquisou cerca de 17.500 cartas de alforria cobrindo o período de 1750-1890; 511 testamentos de alforria (1780-1888), 1.115 inventários pós-morte (1780-1890) e milhares de documentos relativos à compra e venda de escravos e ao aluguel de serviços de escravos (1850-1888). A obra abordava as questões relativas à chegada dos negros trazidos como escravos, a valoração e a venda no mercado de escravos, a adaptação dos mesmos e os modos de solidariedade entre cativos e os movimentos de resistência, culminando com o processo de alforria e libertação, e a nova condição dos negros antes escravizados. Salvo o importante trabalho de pesquisa em fontes primárias, a obra de Mattoso (1979) apresenta-se como uma perpetuação do mito da democracia racial, da docilidade da escravidão, presentes nas obras clássicas da década de 1930 – *Casa grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936)<sup>16</sup>.

Tratando do cotidiano do escravo urbano, destacam-se três obras de grande relevância publicadas nas décadas de 1970-1980, como fuga do tradicional enfoque da escravidão rural, tão consolidado em Gilberto Freyre. Mary Karrasch (2000) apresentou em 1972 a sua tese de doutorado *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, publicado em 2000 sob o mesmo título. Na obra, estuda alguns aspectos da vida cotidiana dos escravos, a relação dos diferentes grupos entre si, destacando as possibilidades de mobilidade vertical e horizontal destes na sociedade, no período de 1808 a 1850. Leila Algranti (1988), por sua vez, apresentou em sua dissertação de mestrado em 1983, *O feitor ausente*, publicado em 1988 sob o título “O feitor ausente: estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1821”, onde também se preocupa em compreender as características do trabalho escravo na cidade e as relações que se estabelecem, a partir dessa situação, entre os escravos e os demais

---

<sup>16</sup> Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo, antropólogo, historiador e ensaísta pernambucano.

grupos. A autora examinou os documentos da polícia, levantando os relatos de crimes e processos que incidiram contra os escravos, traçando um quadro da escravidão urbana entre 1808 e 1821. Como o título sugere, Algranti apresenta a questão da correção e da vigilância dos escravos longe da figura do feitor, presente no meio rural; nas cidades, é a polícia e, por conseguinte o Estado, quem controle, vigia e pune os escravos. Marilene Rosa Nogueira da Silva publicou em 1988 a obra *Negro na rua, a nova face da escravidão*, oriunda de sua dissertação de mestrado “Escravo ao ganho: a nova face da escravidão” (1986). Silva também trata do cotidiano do escravo urbano do Rio de Janeiro; a inovação de seu trabalho consiste em pesquisar os pedidos de licença feitos à Câmara Municipal, para colocar escravos ao ganho na praça do Rio de Janeiro, traçando num recorte de 1820 a 1888, o perfil e a rotina da vida destes escravos nas diversas atividades que desempenhavam, para além dos retratos dos viajantes estrangeiros, como Debret, que registraram constantemente os vendedores, carregadores de cestos. Para tanto, Silva (1988) debruçou-se sobre as fontes primárias do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, também a Série Escravidão do Fundo Câmara Municipal<sup>17</sup>, sob custódia do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro<sup>18</sup>, e que será tratado em seção posterior neste trabalho de pesquisa.

Nesta seção, além das citações de obras mais recentes e complementares, o tema da escravidão urbana será desenvolvido a partir das obras de Algranti (1988), Karrasch (2000) e Silva (1988), uma vez que, sob aspectos diferentes, as três obras abordam com especial atenção a escravidão na cidade do Rio de Janeiro e podem ser consideradas frutos de um período de renovação da produção historiográfica no Brasil, com forte influência da historiografia marxista, elucidando as características do trabalho compulsório. As questões aqui desenvolvidas sobre a escravidão urbana referem-se aos temas encontrados na documentação da Série Escravidão, desde o comércio de escravos ao processo de Abolição da escravidão no país (1758-1888).

### 3.2 POPULAÇÃO ESCRAVA NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

Em *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX* (2008), Araújo, *et al.*, apresentam uma análise dos principais estudos

---

<sup>17</sup> Doravante “Série Escravidão”.

<sup>18</sup> Doravante “AGCRJ”.

sobre o trabalho escravo, das características das populações negras e suas formas de sociabilidade no país ao longo do século XIX. Os autores relatam que a escolha do nome é proposital, considerando que nas cidades escravistas do continente americano, a presença de negros e pardos (livres, escravos e libertos) foi tão numerosa que influenciou de forma singular o crescimento e processos de transformação das cidades. Embora os censos sejam por vezes incompletos, estima-se que no Brasil, em 1798, pardos e negros livres somavam 406 mil, enquanto pardos escravos 221 mil e escravos negros 1.361 mil. Em 1872, o número de pardos livres alcançaria 3.324.278 milhões. No Rio de Janeiro, em 1798, as freguesias urbanas possuíam 14.986 escravos e 8.812 libertos. Conforme as pesquisas de Mary Karrasch (2000), observa-se a evolução da população escrava (em %) na primeira metade do século XIX:

QUADRO 1: Evolução da população escrava (%) do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX;

FREGUESIAS	1821	1838	1849
Sacramento	44,3	42,4	34
São José	42,6	35,3	37,8
Candelária	65	42,5	68,7
Santa Rita	49,4	39,2	38,7
Santana	31,7	34,8	32,1

Fonte: ARAÚJO et. al. (2008, p. 10)

O Rio de Janeiro era nesta época a maior cidade escravista das Américas, tendo suas freguesias centrais Santa Rita e Candelária, em 1849, 13 mil escravos cada. Em 1821, os escravos já representavam 45,6% da população dessas freguesias urbanas (ARAÚJO, *et al.*, 2008, p.10). Karrasch (2000) descreve a diversidade da origem dos escravos na Corte. A sociedade escrava no Rio era diferente porque a maioria dos escravos foi forçada a deixar tudo e todos para trás. Não haviam assim famílias escravas extensas que lhes aliviasse o fardo da escravidão. Além da diversidade de origem dos nascidos no Brasil, que vieram de outros estados, havia a diversidade entre os africanos, vindos a maioria do Centro-Oeste africano. No séc. XIX, as principais divisões entre os escravos no Rio se davam pelo lugar de

nascimento: África ou Brasil. Os senhores classificavam de forma diferente seus escravos “recém-adquiridos”: os escravos brasileiros por cor e os africanos por local de origem, pois na perspectiva dos senhores, todos os africanos eram “negros”. Assim, quando se observam os livros de registro de escravos, os nomes atribuídos aos brasileiros podiam ser Antônio crioulo ou Maria parda, enquanto os africanos seriam Antônio Angola ou Maria Moçambique. Os escravos ameríndios nascidos no Brasil eram classificados por cor ou origem tribal, dependendo da política governamental em relação à escravidão indígena (KARRASCH, 2000, p. 37).

### 3.3 COMÉRCIO E TRABALHO ESCRAVO NA CIDADE: O CAIS DE VALONGO E OS ESCRAVOS DE GANHO

Silva (1988, p. 28) elucida que a historiografia é muito mais abrangente sobre a escravidão rural (uma vez que a justificativa de implantação desse sistema de trabalho no Brasil era a necessidade da agricultura de exportação de produtos tropicais), enquanto a escravidão urbana não se apresentaria como elemento definidor do sistema. O escravo rural trabalhava quase exclusivamente para o atendimento ao mercado externo e da casa-grande, enquanto o escravo urbano trabalhava na reprodução de serviços e distribuição da produção. Ele estava no porto, embarcando e desembarcando os produtos para a importação; vendia os artigos produzidos no centro ou na periferia para o atendimento da cidade. Era também ele que produzia os artigos destinados ao consumo da população urbana e rural nas manufaturas. Até o século XVIII as cidades e as vilas eram consideradas apenas lugar de recebimento e distribuição de escravos, porto de escoamento dos mercadores para a exportação ou somente com importância política se fosse capital de província. No campo a relação senhor-escravo era bem definida, garantida pelo isolamento desses grupos, no espaço físico da casa-grande e da senzala, e sob o olhar fiscalizador do feitor. O controle era exercido de perto pelo senhor, as punições aplicadas diretamente por ele ou mediante a sua fiscalização. A violência e os castigos eram imprescindíveis para a manutenção desse sistema; o que também garantia que os escravos que fossem menos rebeldes, mais “obedientes”, pudessem se beneficiar. Na cidade, essas

questões seriam peculiares, pois aglutinava o porto, comércio de escravos, espaço de trabalho, morar e morrer.

O Cais do Valongo foi o mais importante entreposto negreiro da cidade na época do intenso tráfico atlântico (1774-1831), situado na confluência entre as ruas Camerino e Sacadura Cabral, no 1º distrito da área Central da cidade do Rio de Janeiro. Em 1774, o marquês do Lavradio, vice-rei governante do Estado do Brasil, ordenou a transferência do mercado de escravos da rua Direita (atual Primeiro de Março) para o litoral norte da cidade, na então freguesia de Santa Rita, numa área entre os Morros de São Bento, Conceição, Livramento, Providência e o litoral. O principal objetivo era impedir a presença dos “pretos novos”<sup>19</sup> na área mais nobre da cidade. Neste período foi criado o complexo do Valongo, estrutura para suportar a entrada de escravos na cidade, formado por quatro setores: a rua do Valongo, atual Camerino, onde ficariam as lojas de venda de escravos; o Cemitério dos Pretos Novos, atual rua Pedro Ernesto, antiga rua do Cemitério, onde seriam enterrados os africanos que faleciam na travessia ou antes da venda; o Lazareto dos escravos, hospital dos pretos novos com enfermidades após a viagem atlântica, situado no litoral da península da Saúde; e o Cais do Valongo, construído em 1831 em substituição à ponte de madeira usada inicialmente para o desembarque dos escravos desde 1774 (SOARES, 2018, p. 420).

O Valongo ficou conhecido como a *Pequena África*<sup>20</sup>, pois circularam por ali aproximadamente 1 milhão de escravos, sendo o maior mercado escravista do país, de onde os cativos partiam principalmente para as minas de ouro e as fazendas de café do Vale do Paraíba. O cais foi erguido pela Intendência Geral de Polícia da Cidade do Rio de Janeiro, e contribuiu para a popularidade de D. João VI, pois representava o melhoramento da logística de compra e venda de escravos na cidade. As casas de engorda funcionavam na região para apresentá-los aos seus possíveis compradores. Durante o auge do comércio negreiro predominavam africanos vindos da Guiné e de Angola. Em geral, a venda ao varejo cobria os pequenos compradores, a maioria dos moradores urbanos, e dali também partiam navios com cativos, tendo como destino províncias de todo o Império, para as regiões do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, até mesmo para Belém do Pará. O Cais do Valongo foi desativado e soterrado

---

<sup>19</sup> Como eram chamados os escravos africanos recém-desembarcados.

<sup>20</sup> Termo cunhado já no século XX por Heitor dos Prazeres, morador da região.

a partir de 1831, quando o Império brasileiro, após a derrubada de D. Pedro I, buscou reconhecimento junto à Inglaterra para o novo governo instituído. Em 1843, por ocasião do melhoramento da região para recepcionar a esposa de D. Pedro II, Teresa Cristina, o Cais foi rebatizado para Cais da Imperatriz. Já no século XX, as obras empreendidas pelo prefeito Pereira Passos tentaram apagar por completo a memória da presença negra na região, com a construção do Jardim Suspenso do Valongo, num modelo de embelezamento *à francesa* da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, dois marcos resgataram a memória africana da região: em 1996, durante uma reforma em sua casa, Mercedes e Petrúcio, moradores da rua Pedro Ernesto, encontraram ossadas na parte inferior do terreno. Após pesquisa arqueológica, foi confirmado que se tratava do Cemitério dos Pretos Novos, ampla vala cercada de muros, onde eram deixados os corpos dos africanos mortos durante a travessia no navio negreiro, ou por enfermidades antes de serem vendidos.

Graças a essa redescoberta, importantes pesquisas foram desenvolvidas posteriormente, e o lugar tornou-se então Instituto Pretos Novos. Já em 2011, durante as obras do projeto Porto Maravilha, nas imediações da Praça Jornal do Comércio, foram encontrados a poucos metros da superfície os restos do Cais do Valongo. Foi a mobilização do movimento negro e da sociedade civil que garantiram a revitalização da região sem novo apagamento do Cais e o tombamento do sítio arqueológico pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), colocando o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo no Circuito da Herança Africana, importante percurso cultural e histórico para a compreensão da presença negra na Pequena África. Em 2017, o sítio arqueológico do Cais do Valongo recebeu o título de Patrimônio Mundial da UNESCO; contudo, por questões de má administração entre a prefeitura do Rio e a Concessionária Porto Novo, este título corre o risco de ser retirado, pois não estão sendo garantidas as condições de preservação que a UNESCO orienta. Espera-se que autoridades e a população se sensibilizem quanto a importância que o sítio arqueológico do Valongo exerce para a história mundial.

Retomando a questão do trabalho escravo na cidade do Rio de Janeiro, verifica-se uma configuração singular. Convivendo há poucas décadas com a presença dos membros da Corte Portuguesa, a independência aqui declarada não teve os mesmos ares dos movimentos revolucionários da Europa. O processo de emancipação da coroa portuguesa teve forte influência e determinação dos

latifundiários escravistas, assentando-se na manutenção das estruturas coloniais de dominação, baseada na agricultura de exportação e na mão de obra escrava. Embora na década de 1830 houvesse a proibição do tráfico atlântico, nos anos após a Independência intensificou-se o trabalho escravo nos centros urbanos, e modificou a relação senhor-escravo, uma vez que a “mercadoria” já não seria substituída com tanta frequência. Na capital do Império os escravos circulavam por todas as partes e dedicavam-se às mais diversas atividades: escravos domésticos encarregados de pequenas compras ou recados para seus senhores, alugados a negociantes, ou mesmo empregados de ganho por seus proprietários.

Eram duas as modalidades de trabalho escravo no meio urbano: o aluguel e o ganho. O escravo ao ganho trabalhava fora da casa de seu proprietário por jornada, para adquirir quantias pré-estabelecidas pelo seu senhor, que deveriam ser entregues ao final do dia ou da semana. Caso a quantia não fosse adquirida o escravo podia ser castigado. Na literatura do séc. XIX, observamos o caso bastante conhecido da personagem Bertoleza de Aluísio de Azevedo, em *O Cortiço*:

“(...) Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do Bairro. De manhã vendia angú, e à noite peixe frito e iscas de fígado; pagava de jornal ao seu dono vinte mil réis por mês, e apesar disso tinha a parte quase que o necessário para a alforria (...) “Seu senhor comia-lhe a pele do corpo! Não era brinquedo para a pobre mulher ter de escarrar pr’ali, todos os meses (...)”<sup>21</sup> (AZEVEDO, 1981, p. 15)

Na maioria dos casos os escravos de ganho tinham que promover seu próprio sustento. As atividades que estes desenvolviam eram as mais variadas, havendo escravos trabalhando como carregadores, barbeiros, cocheiros, pedreiros, sapateiros, cozinheiros e outras especialidades que o meio urbano necessitasse. Entre estes destacavam-se os vendedores, que andavam pelas ruas das cidades com tabuleiros de quitutes, hortaliças, peixes frescos, e outros gêneros. Silva (1988, p. 88) aponta que, para o senhor, pouco importava como seu escravo levantava a quantia estipulada. A necessidade de bater a sua meta levava a atos ilegais, pois quando não conseguiam completar o valor da jornada, apelavam para os furtos e a prostituição. O ganho era um negócio atrativo para os proprietários de escravos, pois os mesmos se eximiam muitas vezes dos gastos com alimentação, fiscalização e vestimenta dos

---

<sup>21</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1981, p. 15.

escravos, além da garantia de uma renda. Por conseguinte, muitos são os relatos encontrados na documentação da Série Escravidão sobre proprietários pedindo licença para pôr seus escravos ao ganho.

Os escravos de aluguel, por sua vez, tinham seus serviços oferecidos pelo proprietário, que estabeleciam o tipo de trabalho e as condições de pagamento. O valor da locação aumentava, uma vez que era muito comum que os proprietários ensinassem algum ofício ou arte aos escravos, tratando-se do aluguel para alguma atividade mais especializada (SILVA, *ibid.*, p. 90). Essa afirmação de Silva é muito importante, pois assim como Algranti (1988), refutam a ideia exposta por Mattoso de que o trabalho do escravo urbano era menos especializado que o escravo do campo.

Algranti (1988, p. 239) esclarece que na cidade era o Estado quem se encarregava de manter a ordem e controlar a vida dos escravos; na medida em que aumentava a população da cidade, o controle desenvolvido pelo Estado se intensificava, como resposta à flexibilidade imposta pelos serviços desempenhados pelos escravos. Silva (*Op. cit.*, p. 88) constata que ao passo que a capital do Império brasileiro se desenvolvia, era escrava a mão de obra utilizada em quase todos os setores quer fosse colocada ao ganho ou alugada por seus senhores. Os escravos urbanos gozavam de maior liberdade que os do interior, pois transitavam por todos os cantos da cidade. Porém eram mais vulneráveis porque além das condições do mercado, dependiam da concorrência que também era ressentida por seu senhor. Pela vantagem do negócio, a concorrência com outros escravos urbanos era grande, e por este motivo os senhores além de aceitar certas formas de associações entre escravos, auxiliavam na luta pela conquista do mercado na cidade (MATTOSO, 1979, p. 167).

Nota-se que até 1821 os pedidos de licença para ter escravos de ganho aparecem com menor frequência, ao passo que entre 1860 e 1870 cresceram consideravelmente o número pedidos de licença à Câmara Municipal para colocar escravos ao ganho, chegando um mesmo senhor a ter 9 escravos trabalhando ao ganho. Para tanto, as Posturas Municipais regulamentavam a situação do trabalho compulsório na cidade. Todos os escravos deveriam ter seus registros nos Juízos de Paz do Império, informando nome, naturalidade, idade, estado, ocupações e sinais característicos, bem como nome e residência dos senhores. O senhor deveria pedir à Câmara Municipal a licença para colocar um ou mais escravos ao ganho, descrevendo

seu endereço e o nº de escravos que desejava colocar ao ganho; concedida, mediante o pagamento do alvará e da chapa de identificação, recebia a licença juntamente com uma chapa de metal numerada, que deveria andar sempre com o ganhador em lugar visível. Se fosse encontrado sem ela, sofreria 8 dias de detenção no Calabouço, se fosse escravo, e se fosse livre 8 dias de cadeia. Quando o escravo era detido, tornava-se uma fonte de renda para o Estado, pois além das multas recolhidas dos senhores por ocasião da prisão, por vezes eram empregados nas obras e serviços públicos. Durante a leitura dos códices da Série Escravidão encontraram-se diversas reclamações de proprietários de escravos reclamando à Câmara o recebimento pelo uso de seus escravos nas obras públicas, ou processos referentes às prisões que consideraram indevidas.

Há também muitos pedidos de senhores para continuar como avaliadores de escravos, para continuar tendo seus escravos de ganho, e de certo havia relativa vantagem para o cativo em trabalhar ao ganho. É possível afirmar que o maior interesse em permanecer como escravo de ganho era a esperança de comprar a alforria, pois conseguiam, ainda que em pequenas porções, lucrar com o excedente de seu trabalho, que poderiam guardar e em alguns anos custear a compra da liberdade. O custeio da liberdade era um objetivo a ser alcançado, e para tanto trabalhava-se de muitas formas na cidade, e se fosse preciso, valia roubar, esconder parte do valor conquistado... algumas alforrias também eram concedidas no fim da vida de um escravo: quando os escravos se encontravam envelhecidos ou inválidos muitos proprietários alforriavam ou os abandonavam para não ter as despesas de sustentar os que já não eram tão lucrativos.

### 3.4 ASSOCIATIVISMO, RELIGIOSIDADE E SOLIDARIEDADE NEGRA NO RIO DE JANEIRO

Desde o período colonial, os negros desenvolveram formas de vida associativa na Corte, encontrando diversas maneiras de se reunirem com seus pares. Algumas

formas, como as maltas de capoeira<sup>22</sup> e os terreiros de candomblé, foram perseguidas; outras, como as irmandades religiosas sob o olhar atento e permissão da Igreja Católica, e as agremiações de ajuda mútua eram toleradas pela sociedade em geral. O principal objetivo de todas elas era satisfazer necessidades sociais econômicas, culturais, religiosas e humanas da população negra, que vivia de formas tão adversas. Nesse contexto social, as Irmandades Negras, nos moldes das Irmandades brancas católicas, desenvolveram suas atividades em torno da devoção de um santo, possuíram um papel de suma importância para a vida dos escravos, apresentando uma forma de organização coletiva. Elas auxiliavam a forjar a identidade étnica, apresentavam aos escravos os seus (poucos) direitos e facilitavam a compra da liberdade. No entanto, Marilene Rosa (1988) deixa claro que as irmandades não se mobilizavam contra a escravidão como um todo, mas de uma forma individualizada.

Em *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, séc. XVIII* (2000), Mariza de Carvalho Soares traça as características das irmandades negras no Rio de Janeiro. No interior de pequenas Paróquias e igrejas os pretos formaram oratórios para os seus santos de devoção. Nesses locais, além da dinâmica religiosa também se formaram novas regras de sociabilidade e foram redefinidas as identidades e a interação em torno das festas religiosas, procissões e liturgias funerárias, missas e espaços de auxílio mútuo. Em 1725 foi inaugurada a Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Por volta de 1740, foi relatado que um grupo de africanos Minas residentes no Rio de Janeiro formalizou perante os líderes eclesiásticos o seu pedido para a criação de uma irmandade aonde pudessem adorar Santo Elesbão e Santa Efigênia. Em 1754, foi inaugurado o templo na Rua da Alfândega, aonde atualmente se localiza a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, e assim por diante outras tantas irmandades negras surgiram na cidade. Para aqueles que se filiavam a essas associações, além de se tratar de uma questão de prestígio, pertencer a uma

---

<sup>22</sup>Maltas eram grupos de capoeiras do Rio de Janeiro que tiveram seu auge na segunda metade do século XIX. Compostas principalmente de negros e mulatos, as maltas lutavam resistiam contra o sistema, a elite carioca da época. Houveram várias maltas: *Carpinteiros de São José, Conceição da Marinha, Glória, Lapa, Moura* entre outras. No período da Proclamação da República havia duas grandes maltas: os *Nagoas* e os *Guaíamús*.

irmandade também significava uma questão de inserção social, já que esses espaços eram utilizados para a sociabilidade dos seus adeptos. Os indivíduos que ingressavam nas irmandades faziam contribuições e pagavam algumas taxas anuais; em troca recebiam ajuda quando estavam doentes, em momentos de necessidade ou em caso de morte. Nem sempre um grupo étnico era predominante nas associações de africanos. Em algumas irmandades esse fato ocorria em maior ou menor intensidade, dependendo das relações étnicas entre seus membros. Aos poucos, essas irmandades iam se abrindo e selecionando seus membros a partir de algumas regras que abrangiam os seus membros de forma transétnicas. As classes dominantes aceitaram a princípio essas expressões religiosas por considerar que, havendo esses espaços de integração dos povos africanos com os ritos eclesiais a dominação e o controle sobre os escravos se daria de forma mais fácil. Embora não fossem raros os casos de repressão e crítica que eram dirigidas pelos brancos contra as irmandades negras.

As celebrações e festas em torno dos padroeiros eram os momentos mais importantes na cena litúrgica das irmandades, aonde também ocorria, de certa forma, uma reconstrução das identidades, mesmo que de modo sempre improvisado e provisório. Todos os anos, em especial nos dias dos santos de devoção, as confrarias produziam festas e comemorações que estabeleciam a confraternização e o fortalecimento dos laços entre os irmãos e com os seus protetores celestes. Para a realização dos festejos era necessária a arrecadação de fundos, através do recolhimento de contribuições anuais e o recebimento de cotas suplementares que eram chamadas de “escolas”. Para o recolhimento das escolas era necessário a aquisição de uma licença nas instâncias municipais. Após a aquisição dos recursos, as festas se iniciavam no interior das igrejas com a realização de missas e celebrações litúrgicas; ao fim das celebrações o cortejo saía em procissão pelas ruas transportando os santos, a cruz e as bandeiras com os símbolos das irmandades. Essas comemorações, que reuniam e fortaleciam os laços entre os povos africanos nos espaços urbanos, eram vistas por algumas autoridades e membros da elite e da própria igreja como costumes bárbaros que deviam ser reprimidos e afastados do contexto social e urbano.

Para que se evitassem que os festejos e celebrações das irmandades se espalhassem pelos outros setores da população, no Rio de Janeiro, a partir da década

de 1820, as autoridades locais começaram a proibir as danças e procissões que organizadas pelas irmandades de escravos, com o argumento de que essas celebrações causavam desordens e bebedeiras e que ameaçavam a ordem pública. Nesse contexto também existiam grupos que viam nas comemorações das irmandades uma dessacralização da religião católica e uma mistura entre o sagrado e o profano. Entretanto, haviam também atitudes mais tolerantes entre os grupos sociais da época e alguns acreditavam que tais celebrações diminuiriam as tensões sociais, já que se tratavam de momentos raros em que os batuques e as festas faziam com que os cativos esquecessem por alguns momentos o seu estado de vida miserável.

Em meio a sociedade escravista da Colônia, os grupos cativos procuravam mesmo que enfrentando uma série de dificuldades, resistir e conquistar a liberdade de se associarem de forma autônoma e recriarem uma identidade cultural. Entre todas essas celebrações o cuidado com os mortos assumia uma função de destaque na vida litúrgica das irmandades. Procurando salvar as almas de seus irmãos e lhes garantir uma boa passagem para o plano espiritual, as irmandades se esforçavam em realizar os rituais fúnebres. Quando um irmão morria, os demais membros da irmandade se mobilizavam para acompanhar o seu corpo até o sepultamento e realizavam missas e orações pela sua alma. Se um membro da irmandade faltasse aos rituais litúrgicos do funeral sem que apresentasse nenhuma justificativa estava sujeito a receber severas punições. Em algumas irmandades aqueles que não compareciam aos funerais também não seriam acompanhados pela confraria quando morressem. Muitos escravos ingressavam nas irmandades para garantir uma boa morte. Para muitos grupos nascidos na África, escravos ou libertos que mantinham as suas concepções religiosas com relação a morte, a ideia de ser enterrado em locais como os cemitérios da Santa Casa, ou ter o seu corpo desamparado no momento da morte, representavam sérios riscos à salvação de sua alma. Muitos então procuravam as irmandades para não passarem por essa situação. Na mentalidade da época, ser enterrado no interior das igrejas, tanto para os negros quanto para a população branca era uma garantia de uma boa morte, e uma forma de os mortos estarem mais próximos das divindades religiosas.

No Rio de Janeiro, a partir da década de 1850, houve um reordenamento das relações funerárias. As epidemias de doenças que se abateram sobre a população

durante o período difundiram o medo da contaminação pelos mortos. Os médicos e sanitaristas também contribuíam para a disseminação de tais ideias relacionadas a contaminação causada pelos cadáveres. Diante desse contexto, o governo imperial proibiu o sepultamento nas igrejas até que os cemitérios públicos fossem regulamentados de forma definitiva. Isto causou o descontentamento de vários grupos religiosos em algumas partes do país durante o período. Com o fim dos enterros nas igrejas, as irmandades precisaram redefinir o seu papel com relação a morte; no interior das igrejas as cerimônias fúnebres ocorriam nos moldes da igreja católica, porém nas ruas a celebração tomava características africanas com cortejos e festas durante o deslocamento do corpo. Mesmo que as irmandades negras tenham sido permitidas como uma forma dos senhores e as autoridades locais exercerem relativo controle social e cultural sobre os povos africanos, isso não destruiu, porém, a cultura e os ritos dos cativos; ao contrário, conseguiram “africanizar a religião dos senhores” como é exposto na obra *Cidades Negras* (2000). Assim, os escravos tinham um lugar aonde podiam se confraternizar com seus irmãos e definir espaços de reconhecimento e hierarquização. Esses espaços, mesmo sendo reprimidos ao longo dos tempos, conseguiram em sua maioria sobreviver às transformações que ocorreram na sociedade brasileira e ainda hoje permanecem as atividades das igrejas das irmandades negras em várias regiões do país, testemunhando as lutas sociais, culturais e religiosas que esses grupos enfrentaram durante os anos na luta por sua cultura e religiosidade.

### 3.5 O FUNDO PARA EMANCIPAÇÃO DE ESCRAVOS E A JUNTA CLASSIFICADORA

Durante o Império do Brasil estiveram em atividade diversas associações e sociedades de ajuda mútua para a promoção do processo abolicionista. O Estado assumiu a condução desse processo definitivamente a partir de 1871, quando promulgou a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. A lei declarava livres os filhos de escravos nascidos a partir da data da Lei. Em seu artigo 3º, estabelecia a criação do Fundo de Emancipação de Escravos do Império do Brasil. O artigo estabelecia os seguintes trâmites:

O Fundo reuniria recursos pecuniários a serem destinados a cada província do País e ao Município Neutro<sup>23</sup> para a libertação de quantos escravos fosse possível;

A cota retida por província e pelo Município Neutro seria proporcional ao número de escravos ali residentes;

Para a execução das cartas de liberdade, deveria se proceder à matrícula dos escravos de todo o império brasileiro. Por meio do decreto 4.835, de 1º de dezembro de 1871, ficou instituído que na matrícula especial deveria conter dados como nome, sexo, cor, idade, estado civil, filiação, aptidão para o trabalho e a profissão do escravo;

Em todas as províncias e no Município Neutro seria estabelecida uma Junta Classificadora de Escravos que seria responsável pelos critérios de classificação e de exclusão de escravos. (SANTOS, 2009, p.19)

Pelo decreto nº 5,135 de 13 de novembro de 1872, artigo 3º, dava-se a preferência na classificação para as famílias, seguidas dos indivíduos. Entre os escravos com famílias, eram adotados os critérios: cônjuges que fossem escravos de senhores diferentes e seus filhos; cônjuges com filhos ingênuos em função da Lei e menores de oito anos; os cônjuges com filhos livres menores de 21 anos; cônjuges com filhos escravos menores de 21 anos; as mães solteiras com filhos menores; cônjuges sem filhos. Entre os indivíduos, os critérios seriam: os que tivessem filhos livres; os de entre 12 a 50 anos, começando pelas mulheres mais jovens e homens mais idosos. O artigo estabelecia ainda que, na ordem da emancipação das famílias e dos indivíduos, seriam preferidos os que por si ou por outrem entrassem com certa quota para sua libertação, os mais morigerados a juízo dos senhores. O objetivo principal seria então manter unidas as famílias ou tornar possível essa união, sendo necessário garantir a liberdade a todos de uma só vez.

Por conseguinte, também foram estabelecidos os critérios de exclusão: os escravos sujeitos a cláusula de serviço ou alguma condição para alforria; os suspeitos de crime ou de indicativo de crime, mesmo fugitivos ou “habitados à embriaguez”; os escravos que estivessem buscando judicialmente a liberdade e; os escravos egressos de outro município, no ano da migração. A composição financeira do Fundo se daria

---

<sup>23</sup>O Município Neutro foi uma unidade administrativa criada no Império do Brasil, que existiu no território do atual município do Rio de Janeiro entre 12 de agosto de 1834 (quando foi proclamado o Ato Adicional à Constituição de 1824) e 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a república no Brasil. Mas só deixou de existir oficialmente com a promulgação da Constituição de 1891, passando a ser denominado Distrito Federal.

principalmente por doações, loterias isentas de impostos, taxas pagas por escravos, impostos gerais sobre transmissão de propriedade do escravo.

Dentre a Série Escravidão, encontram-se documentos referentes ao trabalho da Junta Classificadora de Escravos na Corte. Constam Livro de Atas de reuniões, relação de escravos inscritos sob matrícula especial<sup>24</sup> com informações suas e de seus proprietários, recibos, Livro de Ouro contendo doações para o Fundo, entre outros. Os membros da Junta procuraram dar publicidade tanto aos resultados dos trabalhos, como principalmente, das regras e os procedimentos que determinavam as emancipações. Os donos de escravos eram obrigados a partir de 1871 a inscrevê-los na matrícula especial. Os juízes de órfãos eram também convocados a apresentar relação de escravos que tivessem pecúlios depositados nos cofres, os párocos deveriam colaborar fixando nas paróquias os editais de convocação e listas de contemplados, e informando se soubessem de escravos que se enquadravam nas classificações. Santos (2009) conclui que, embora os números de escravos favorecidos pelo Fundo não sejam tão expressivos, os trabalhos da Junta representaram esperança para homens e mulheres, crioulos e africanos, de ascender socialmente. O Fundo de Emancipação representou, por fim, estratégia para a condução do processo emancipacionista sem desrespeitar o direito à propriedade, uma vez que os senhores recebiam indenização por conta de seus escravos que fossem libertos pelo Fundo.

Toda a conjuntura da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro é refletida na produção documental da Câmara Municipal, presente na Série Escravidão. As seções seguintes descreverão o contexto do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro enquanto custodiador do conjunto documental e gestor da política de descrição arquivística e gestão documental no município.

---

<sup>24</sup> Registro de matrícula especialmente realizado para inscrição dos escravos que concorreriam para alforria por ação da Junta Classificadora.

## **4 POLÍTICA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E O ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: CONTEXTUALIZANDO A SÉRIE ESCRAVIDÃO**

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, instituição custodiadora do conjunto documental estudado nesta pesquisa, passou por inúmeras transformações quanto à sua subordinação no âmbito da administração municipal da cidade do Rio de Janeiro, que influenciaram principalmente no tratamento e conservação de seus fundos. Por consequência, cabe na presente seção elucidar a trajetória do AGCRJ em seus 125 anos, as condições físicas e a disposição da Série Escravidão entre os conjuntos documentais presentes na instituição, e as considerações pertinentes à política de descrição arquivística, dada a realidade da descrição deste conjunto, sob o embasamento teórico-metodológico de Heloísa Bellotto (2006).

### **4.1 O ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Até o início do século XIX, toda a documentação produzida na administração colonial brasileira era de responsabilidade do Arquivo da Câmara Municipal. Após a instalação da Corte portuguesa em 1808 no Rio de Janeiro, a Câmara Municipal passou a dividir suas atribuições com os intendentess gerais de Polícia. Conseqüentemente, essa mudança acarretou modificações na natureza e nas espécies documentais produzidas tanto pela Câmara quanto pela Intendência de Polícia; contudo, a documentação produzida pelos órgãos continuou sob custódia do Arquivo da Câmara. Em 1825, a Câmara Municipal ganhou a sua sede no recém-inaugurado Paço Municipal, onde também funcionou o seu Arquivo, localizado do campo da Aclamação (Campo de Santana) atual Praça da República, entre as antigas ruas do Sabão e de São Pedro, extintas para a abertura da Avenida Presidente Vargas.

Demolido em 1856, foi construído em seu lugar um prédio novo e mais amplo, a fim de alojar em melhores condições os vereadores e repartições públicas da cidade. Sob ordem do imperador D. Pedro II e de outras autoridades, foi inaugurado em 1882 o segundo Paço Municipal, onde foram instalados novamente os vereadores e o

arquivo da municipalidade. Conforme a nova Lei Orgânica Municipal promulgada em 1892, o Paço Municipal passou a sediar o Conselho de Intendentes (Poder Legislativo e a Prefeitura da Cidade (Poder Executivo), em função da alteração da organização político-administrativa da cidade, quando foram separados os poderes Executivo e Legislativo. Já em 1897 o Conselho de Intendentes foi transferido para o prédio da antiga Escola São José, no largo da Mãe do Bispo, atual praça Floriano. Todavia, desde 1892, o Arquivo da Câmara tinha sido transferido para o âmbito do Poder Executivo Municipal, continuando a funcionar nas dependências do Paço, integrando uma das suas Diretorias.

A partir do Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, sua denominação foi alterada para Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal, assumindo a competência de gerir e preservar a documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos e repartições do Executivo municipal. Mas, logo a seguir, o Arquivo foi rebaixado na escala administrativa, permanecendo em situação de subordinação, fato que o impediu de cumprir eficazmente suas atribuições. Daí em diante, passou por sucessivas mudanças de denominação, de subordinação e de localização, funcionando, muitas vezes precariamente, em instalações inadequadas.<sup>25</sup>

Mais adiante, já na década de 1920, o Arquivo do Distrito Federal foi reorganizado como repartição independente, sob a direção do memorável historiador Noronha Santos, que iniciou os primeiros trabalhos de tratamento técnico de identificação, classificação e arranjo do acervo da instituição. A partir deste período aumentou significativamente o volume de documentos custodiados pelo Arquivo, em função da expansão da cidade, reorganizações administrativas municipais, e incorporação de fotografias, filmes e discos como documentos arquivísticos. Contudo, nas décadas seguintes, a instituição sofreu com o rebaixamento administrativo, tornando-se a partir de 1938 pelo Decreto nº 836, um mero Serviço da Diretoria de Interior da Prefeitura do Distrito Federal. Pelo Decreto nº 620, de 1940, o Arquivo foi transferido para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a designação de Serviço de Arquivo Geral, permanecendo nesta condição até a década de 1960, subordinado ao Departamento de História e Documentação. A perda de poder na escala administrativa municipal tornou-se um grande obstáculo para que o órgão cumprisse sua função de gestão documental do Poder Executivo Municipal. Em consequência, muitos conjuntos documentais importantes foram extraviados pelos

---

<sup>25</sup>Site AGCRJ. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/seculo-xix>>. Acesso em: 11 de nov. 2018.

diferentes órgãos e repartições da Prefeitura da cidade. Outros conjuntos sofreram danos profundos com as péssimas instalações a que o órgão foi submetido. Durante a governo do Estado da Guanabara (1960-1975) o Arquivo do Distrito Federal passou a ser denominado Serviço de Arquivo Histórico, mas mantendo-se subordinado à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Estadual de Educação e Cultura. Depois da fusão dos antigos Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro, em 1975, tendo como capital do estado a cidade do Rio de Janeiro, o órgão teve sua denominação alterada para Arquivo Municipal, porém permaneceu subordinado ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O primeiro passo da retomada da autonomia pelo órgão aconteceu em 1979, quando por meio do Decreto nº 2.053 se restabeleceu a denominação de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, mesmo que ainda subordinado à Secretaria Municipal de Educação. No mesmo ano foram realizadas as obras de construção do prédio-sede, na rua Amoroso Lima, Cidade Nova. A retomada do nome de *Arquivo Geral* pretendia restabelecer as funções originais do órgão no que tange a gestão e preservação de toda a documentação permanente produzida na municipalidade, que só se concretizaria em 2002, quando a Lei nº 3.404/02 determinou que o órgão se tornasse o gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da Cidade.

Por Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados entende-se o conjunto de objetivos, princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo municipal, de forma a garantir a gestão, a preservação, o acesso aos documentos públicos municipais e a proteção especial a arquivos privados de interesse público para a cidade.<sup>26</sup>

A partir de janeiro de 2003, com a publicação de um novo Decreto, de nº 22.615, que regulamentou a Lei nº 3.404, o AGCRJ teve ratificadas as suas competências de elaborar, implantar e acompanhar a execução da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, no âmbito do Poder Executivo do município e de fazer a gestão documental dos órgãos e entidades da administração pública municipal. O AGCRJ, pelo Decreto nº 22.614, de 30 de janeiro de 2003, foi transferido do Departamento de Documentação e Informação Cultural, posteriormente extinto, para o Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura.

---

<sup>26</sup> Site AGCRJ. Disponível em: <[Http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/seculo-xxi](http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/seculo-xxi)> Acesso em 11 de nov. 2018.

Pela promulgação da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei 12.527/2011) pelo Governo Federal foram atribuídas novas funções aos arquivos públicos. Entrando em vigor no dia 16 de maio de 2012, a nova legislação abrange os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além dos Tribunais de Conta e do Ministério Público. Para tanto, desde 2012 a instituição promove formações em diferentes formatos com o objetivo básico de preparar, orientar e capacitar os órgãos da PCRJ para lidar com as novas políticas de acesso à informação no âmbito municipal. Em janeiro de 2013 o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi vinculado à Secretaria Municipal da Casa Civil, por meio do Decreto nº 36.689 de 1º de janeiro de 2013 e alcançando maior agilidade no recolhimento da documentação produzida pela administração pública municipal. Neste ano, em que completou 125 anos, o AGCRJ, por decisão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, retornou a ser subordinado à Secretaria Municipal de Cultura, decisão essa que infelizmente considera a instituição apenas como lugar de preservação de memória, desconsiderando a sua importância como agente da gestão de documentos da municipalidade.

Entre o acervo da instituição, encontram-se as Coleções Particulares de ex-prefeitos da cidade do Rio de Janeiro, Fundo RIOARTE (órgão responsável pela difusão de arte e cultura na cidade), tendo a série *Imprensa Alternativa* como principal série (coleção de jornais, acumulada pela RIOARTE, que traziam uma abordagem crítica sobre a Ditadura Militar instaurada no país); Fundo Câmara Municipal: Série *Escavidão*, Séries *Família Real e Imperial* e *Associações e Associados*, Série *Independência*; Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário da CUT (Central Única dos Trabalhadores); Licenças para Obras, plantas e mapas do Instituto Pereira Passos; Fotografias e vídeos dos fotógrafos oficiais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, entre eles o acervo de Augusto Malta; acervo sonoro e audiovisual de assuntos diversos (entrevistas, eventos...); bem como a documentação da municipalidade: diários municipais do Rio, arquivo das secretarias municipais, Fundo Gabinete do Prefeito.

#### 4.2 SÉRIE ESCRAVIDÃO DO FUNDO CÂMARA MUNICIPAL

O conjunto documental “Série *Escavidão*” constitui-se numa série temática dentro do fundo Câmara Municipal, constituído por documentos em suporte papel,

contendo diversas espécies documentais (requerimentos, certidões, recibos, cartas...) produzidos e recebidos pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro durante a escravidão, abrangendo o período de 1759 a 1888. O conjunto é composto por 101 códices (encadernações), onde os documentos estão agrupados por assunto, ano, podendo conter vários assuntos ou períodos no mesmo códice. Cada códice recebeu uma identificação numérica e na capa podem-se observar a descrição do assunto, o período de que tratam, timbres da Prefeitura do então Distrito Federal, cujo Arquivo do Distrito Federal foi o responsável pelo arranjo da documentação, por volta das décadas de 1910-1920. O conjunto reflete a administração da Câmara Municipal sob os diversos aspectos do sistema escravocrata na corte entre os séculos XVIII e XIX. Observa-se que entre os assuntos que a documentação abrange estão o comércio de escravos: requerimentos para colocação de escravos ao ganho, requerimentos para exercer a função de avaliador de escravos e para abrir escritórios de comercialização de cativos, reclamações de proprietários sobre as prisões de escravos pela Intendência de Polícia, documentos referentes ao mercado de escravos que funcionava na rua Direita e depois transferido para o Valongo, hoje na zona Portuária. A temática do comércio de escravos e de seus trabalhos de ganho pela cidade são a maior parte do acervo.

O recorte de 1871-1888 refere-se às ações da Junta Classificadora de Escravos, formada a partir do artigo 3º da Lei do Ventre Livre (1871) que determinava que deveriam ser criados fundos em todos os municípios do Império para fomentar a libertação gradual dos escravos inscritos e designados conforme os critérios classificadores da Junta. Constam aí as atas de reuniões dos membros da Junta, os editais de convocação para inscrição de escravos, as relações dos escravos que seriam libertados anualmente em cerimônia própria, as cartas de alforria manuscritas pelos proprietários, acompanhadas do comprovante de inscrição na matrícula especial<sup>27</sup> e de escritura de compra e venda (quando havia). Sobre a Lei Áurea de 1888, há uma quantidade considerável de documentos: telegramas, ofícios, cartas, encaminhados à Regente Princesa Isabel, congratulando o Império pela abolição da escravidão, tendo como remetentes as outras Câmaras Municipais do país, Ministros de outras nações, membros das Sociedades Abolicionistas, convites para a

---

<sup>27</sup> Registros feitos especialmente para a avaliação das Juntas Classificadores, onde os senhores inscreviam seus escravos e estes recebiam numeração de matrícula diferente da que receberam quando adquiridos.

celebração da promulgação da Lei Áurea, homenagens e manifestações de agradecimento para com a Princesa.

De forma geral, os códices referentes a requerimentos de licença para colocação de escravos ao ganho estão organizados por ordem alfabética do primeiro nome do senhor de escravos, assim como os códices referentes às libertações de escravos pela Junta Classificadora, que também estão organizados pelos nomes dos proprietários dos escravos. Os códices mais antigos, entre o final do século XVIII e início do século XIX contém documentos parcial ou totalmente ilegíveis. Sabe-se com certeza de que este problema se deve em boa parte à qualidade arquivística do material utilizado, sofrendo corrosão por tinta ferrogálica em contato com o papel ácido, e por conta das constantes mudanças climáticas a que o conjunto foi submetido, com as constantes mudanças de instalações do Arquivo da Câmara. Contudo, pode-se levantar a hipótese de danos premeditados, pois é conhecido o episódio do início da República, onde o então Ministro da Fazenda, Tristão de Alencar Araripe ordenou, em 1891, por meio de circular a destruição de arquivos que pudessem servir de reclamação, por parte de ex-senhores de escravos, por indenizações junto à República. Tratavam-se de livros de matrícula, de controle aduaneiro e de recolhimento de tributos, que se encontravam nas repartições do ministério da Fazenda. Qual a importância desses documentos? Eram comprovantes de natureza fiscal que pudessem ser utilizados por um grupo de escravocratas, que se auto identificava como o grupo dos *indenezistas*, e que pretendia receber do governo republicano uma indenização pela perda dos escravos, e das respectivas rendas, hipotecas e garantias, cuja causa fora a abolição da escravidão.

Em 2010, a Série Escravidão foi microfilmada e descrita por meio de recursos no projeto nº 15/2007, patrocinado pelo fundo financeiro multilateral de fomento e desenvolvimento arquivístico: Programa Apoyo al Desarrollo de Archivos Ibero Americanos (ADAI), do qual participam, além do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Portugal, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai. A principal ação deste fomento é dar acesso rápido e de qualidade aos pesquisadores interessados em acervos de grande valor histórico, e no caso do Rio de Janeiro, o objetivo era disponibilizar um acervo que fosse fundamental para a construção da história social e política da cidade, considerando as condições frágeis dos documentos originais. Conforme a metodologia descrita no instrumento de pesquisa da Série Escravidão, o referido instrumento foi elaborado no sistema de

organização por assunto, obedecendo a disposição do arranjo em que se encontrava o conjunto. Tanto a microfilmagem quanto a descrição do inventário analítico obedeceram à ordenação dos códices. O conjunto foi descrito conforme as diretrizes da NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Brasileira), no nível 3 – Série; contém 101 códices dispostos em duas matrizes em base de prata = 20 unidades (cópia de segurança) e 1 matriz em base diazo = 10 microfilmes (cópia para consulta). O acervo foi recebido pela instituição por meio de recolhimento. A consulta pelos pesquisadores é feita pelos microfilmes de consulta, e há restrições aos originais, em decorrência da fragilidade em que os suportes originais se encontram. O Ministério da Cultura da Espanha possui cópia digital (DVD) do acervo, por razão do Programa ADAI.

O resultado do tratamento do programa ADAI foi a disponibilização do acervo para consulta, tendo como instrumento de pesquisa o Inventário Analítico. Quando esta pesquisa começou a ser esboçada, muitos questionamentos surgiram na leitura do referido instrumento. Cada códice está descrito no inventário conforme os principais assuntos. Quando é possível descrevem-se as espécies documentais contidas nos códices, contudo utiliza-se com frequência a expressão “documentos diversos tratam sobre...”, e pesquisador fica com a questão sobre quais seriam esses diversos documentos. Compreende-se que as condições físicas dos suportes e o arranjo atribuído podem não ter colaborado para que houvesse uma descrição mais consistente. Contudo, a partir das consultas ao acervo, surgiu a possibilidade de identificar as espécies e tipos documentais que estavam em boas condições de leitura, a fim de elaborar um glossário como primeiro momento da função de identificação arquivística.

Rodrigues (2008) debruçou-se em sua tese de doutorado sobre a utilização da Diplomática na identificação de tipologias documentais, compreendendo a identificação arquivística como função, como uma tarefa de natureza intelectual, desenvolvida no início do tratamento documental para fundamentar as análises das outras funções arquivísticas: produção, avaliação, classificação e descrição documental. E considerando as questões que foram identificadas sobre descrição arquivística<sup>28</sup>, seguem alguns importantes comentários.

---

<sup>28</sup> Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa. (DIBRATE, 2006, p. 67).

### 4.3 POLÍTICA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: RELEVÂNCIA E OPERAÇÕES TÉCNICAS

Bellotto (2006) elucida que no âmbito dos estudos ligados à teoria e prática do arranjo e da descrição de arquivos permanentes, a elaboração de instrumentos de pesquisa de qualidade é tarefa do arquivista, que tornará possível a solução das indagações dos pesquisadores diante dos arquivos que consultam. Para a autora, descrição é uma função típica dos arquivos permanentes, pois seu correspondente nos arquivos correntes seria o estabelecimento de códigos do plano de classificação. Toda transferência de informação dos arquivos permanentes depende de um quadro de arranjo eficiente, que reflita o contexto administrativo e arquivístico do conjunto documental, e conseqüentemente os instrumentos de pesquisa elaborados devem considerar as necessidades de informação dos diferentes profissionais que podem consultar um acervo. Todo o trabalho de levantamento dos documentos legais fundadores do produtor (leis, decretos, regulamentos, regimentos internos) ou identificadores pessoais (documentos de identificação pessoal, comprovante de exercício de atividade pública ou particular) e identificação das espécies documentais; guias de recolhimento e transferência do conjunto documental farão parte do importante trabalho de descrição, bem como a explanação da metodologia adotada pela equipe técnica que se debruçou sobre o tratamento arquivístico após o recolhimento ou antes mesmo deste (quando for o caso). No caso da Série Escravidão, essas informações foram fundamentais para que se adotasse uma metodologia de trabalho desta pesquisa, pois se definiu até que ponto era possível elaborar um novo instrumento de pesquisa ou um glossário.

Vale lembrar que existem ainda os instrumentos de uso interno, que orientam e subsidiam o trabalho do arquivista quanto ao arranjo e à descrição dos documentos, como listagens que acompanham os recolhimentos, os esquemas da evolução administrativa; os organogramas atuais dos órgãos cuja produção documental se deve recolher; os quadros gerais de fundos, grupos e séries; as tabelas de temporalidade, usadas originalmente nos arquivos centrais e intermediários (para que se tenha a dimensão e a identificação das baixas sofridas); os fichários de controle de vocabulário da indexação etc. (BELLOTTO, 2006, p. 180)

Considerando que grande parte dos arquivos permanentes sob custódia das instituições públicas é constituída por documentos em suporte papel, manuscritos e impressos, são frequentemente consultados por historiadores, cientistas sociais,

arquivistas e outros profissionais. Para estas instituições, estarem munidas de instrumentos de pesquisa (sejam eles guias de fundos<sup>29</sup>, inventários<sup>30</sup>, catálogos<sup>31</sup>, índices<sup>32</sup>) significa apresentar aos seus consulentes um panorama credível sob a documentação que custodiam, e para essa diversidade de pesquisadores, a forma precisa de localizar a informação desejada, otimizando tempo e dispondo de referências confiáveis. Bellotto sinaliza que há uma fragilidade em relação ao que conhecemos dos arquivos brasileiros: carecemos ainda de levantamentos gerais dos arquivos existentes no Brasil e de seus fundos, pois o que temos na verdade, é reflexo de esforços elogiáveis, mas que descrevem acervos fragmentados. Mais ainda, alguns instrumentos de pesquisa de que dispomos apresentam certa ambiguidade quanto à normalização arquivística internacional, principalmente no que diz respeito à terminologia. Nisto, mais uma vez afirma-se que no processo de descrição documental o arquivista precisa ser o ponto de partida, porque é ele o profissional que domina as técnicas de descrição, indexação e resumo, e assim demonstrar a qualidade de seu trabalho e o zelo pelo que custodia. Um trabalho ineficaz pode produzir lacunas irretratáveis nos resultados de pesquisas, renegando importantes conjuntos documentais até mesmo ao esquecimento.

O processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados (BELLOTTO, 2006, p.179). A partir do arranjo, obrigatoriamente as tarefas operacionais são a descrição e a disseminação da informação. “Instrumentos de pesquisa” é uma denominação usual no Brasil. O resultado da descrição é o reflexo do nível de profundidade e detalhamento que se deseja descrever: genérico e globalizante: guias, específico e detalhadamente: inventários sumário e analítico, catálogos, catálogos seletivos e índices, e publicação de documentos na íntegra: edição de fontes.

---

<sup>29</sup> Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos. (DIBRATE, 2006, p. 102.)

<sup>30</sup> Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos. (Opus cit., 2006, p. 109.)

<sup>31</sup> Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica. (Opus cit., 2006, p. 44)

<sup>32</sup> Relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas, contidos em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências de sua localização. (Opus cit., 2006, p. 107.)

Conceituou-se tradicionalmente que as operações básicas da descrição consistiam na identificação do arquivo, do fundo ou de parte dele a ser trabalhada, as características diplomáticas das espécies e tipos documentais, quantificação e datas-baliza e datas-limite, e a localização topográfica dos acervos. A partir da orientação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), a descrição deve ser realizada no sistema de níveis, que englobam as informações tradicionais, agora sob novo aspecto e estrutura, conforme a ISAD (G), de 2000: INTERNACIONAL STANDARD ARCHIVAL DESCRIPTION (GENERAL), consagrada no Brasil como *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. Desde os anos 1980 os arquivistas questionavam a necessidade de normalização e padronização da descrição documental, e durante os anos 1990 um comitê permanente atuou no Conselho Internacional de Arquivos elaborando a ISAD (G) na forma como seria divulgada em 2000. Seu marco teórico é a relação hierárquica, denominada estrutura multinível, do geral para o particular, conforme os níveis do arranjo, visando o respeito aos princípios de proveniência e da ordem original. O objetivo da ISAD (G) é racionalizar a elaboração e uso dos instrumentos de descrição, estabelecendo diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, que possam ser usadas juntamente com as normativas nacionais dos países membros da CIA.

As sete áreas de descrição, destinadas às informações, estabelecidas pela ISAD (G) são as seguintes: *área de identificação* (nome e nível da unidade que está sendo descrita, datas de produção ou datas-limite, conforme o caso, dimensão e codificação, se houver); *área de contexto de produção* (nome da entidade produtora/pessoa física, história administrativa/biografia, história custodial (ou arquivística) e origem do recolhimento/aquisição); *área de conteúdo e estrutura* (assuntos tratados e espécies documentais componentes, de modo a demonstrar as potencialidades de pesquisa, o arranjo interno e informações sobre alterações na dimensão do conjunto); *área de condições de acesso e uso* (condições legais, estado físico do suporte, idiomas, outras descrições já publicadas); *área de fontes relacionadas* (documentos de interesse relacionados aos descritos); *área de notas* (outras informações importantes não descritas nas outras áreas) e *área de controle de descrição* (informações sobre o trabalho de descrição). A NOBRADE (NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA) publicada pelo Conselho Nacional de Arquivos em 2006 acrescenta à ISAD (G) a *área de pontos de acesso e indexação de*

*assuntos*, contendo os termos definidos como ponto de acesso e indexação de assuntos.

Conforme as determinações da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do CONARQ, refletidas no DIBRATE, obedeciam à terminologia anterior os seguintes instrumentos de pesquisa: *guia*, *inventário sumário*, *inventário analítico* (seguia o ordenamento da série), *catálogo sumário* (sem necessidade de seguir o ordenamento da série, realizava apenas uma referência dos documentos, segundo os critérios eleitos: tema, data, nomes, etc.), *catálogo analítico* (realizava uma descrição detalhada dos documentos de acordo com os critérios selecionados), *repertório*, *índice*. Bellotto (2002) salienta que não é possível precisar o momento exato da mudança na terminologia dos instrumentos de pesquisa brasileiros, contudo, a partir de 1995, as obras publicadas no país incorporam a seguinte terminologia: *guia*, *inventário*, *catálogo* (compreendendo as antigas informações contidas nos inventários analítico e sumário), *catálogo seletivo* (com as antigas informações do repertório) e *índice*.

Na hierarquia dos instrumentos de pesquisa, o *guia* é o mais abrangente e comum, devendo ser sucedido por instrumentos mais detalhados. Tem por finalidade dar visão aos fundos contidos num serviço de arquivo. Para Bellotto, o guia abordado em seu trabalho refere-se ao guia de fundos de um arquivo, e não ao guia de fontes de assuntos de referências para pesquisa, que abordem os conjuntos de várias instituições. O guia de fundos é uma topografia geral do acervo arquivístico da instituição, com a função didática de difusão dos conjuntos que custodia, possibilitando o interesse de pesquisadores diversos aos conjuntos de que dispõe.

O *inventário*, por conseguinte, descreve conjuntos documentais ou partes do fundo de maneira sumária, obedecendo à ordem do arranjo. Por conseguinte, o inventário analítico é o instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões toma por unidade a peça documental, respeitada ou não a ordem de classificação. Pode contemplar o fundo inteiro, ou um só grupo ou alguns deles, uma série ou algumas, ou parte destas. O *catálogo* é o instrumento que descreve de modo unitário as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto documental, respeitando ou não a ordem de classificação. Conforme a descrição de catálogo por Bellotto e as disposições da terminologia atual do DIBRATE e da Câmara Técnica de Normalização da Descrição, sustenta-se nesta pesquisa a hipótese de que o catálogo seria a melhor

forma de descrição analítica da Série Escravidão, pois o arranjo do conjunto não é funcional e favoreceria a descrição códice a códice.

O tratamento analítico proporcionado pelo catálogo aplica-se melhor aos fundos pessoais, aos fundos fechados de órgãos de pequena amplitude e curta duração (portanto, com produção documental numericamente reduzida) ou aos casos em que, mesmo havendo grande quantidade de documentos, o arranjo não é funcional, nem há séries homogêneas e lógicas que possibilitem a descrição coletiva. (BELLOTTO, 2006, p. 203).

Por conseguinte, o que difere o *catálogo seletivo* do catálogo e do inventário é que no primeiro, depois de definido o nível da descrição (fundo, série, parte da série...) há uma seleção específica do que será descrito – quando se selecionam os documentos referentes a determinado tema, pessoa ou evento - e no inventário e no catálogo não, pois obedecem a disposição do conjunto. Anteriormente o catálogo seletivo chamava-se *repertório*, por influência da terminologia francesa e da Biblioteconomia.

O *índice* pode ser parte complementar do inventário analítico ou catálogo, apontando nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remetendo o leitor às notações de localização. Já a *edição de fontes* compreende a publicação de um instrumento de pesquisa no qual os documentos não recebem resumos indicativos e/ou informativos, mas, reproduzindo documentos históricos ou fontes documentais, acrescentam-se também estudos introdutórios e fontes paralelas.

A fim de racionalizar a elaboração de instrumentos, é necessário considerar a situação da instituição para colocar em prática a tarefa de descrição, devendo observar como dispõe de recursos humanos e financeiros, se a equipe possui conhecimento técnico e científico sobre descrição e em que condições foi realizado o recolhimento do acervo a ser descrito.

A enorme quantidade de documentos que caracteriza o arquivo permanente público *versus* a necessidade urgente da pesquisa e da divulgação motiva o estabelecimento de políticas de descrição que se concretizem em programas descritivos viáveis e eficazes (BELLOTTO, 2006, p. 219).

A autora aponta que os pontos básicos da política de descrição são: a hierarquia, as prioridades, a técnica e a planificação. Considerando a hierarquia existente entre os instrumentos de pesquisa e os níveis do fundo que descrevem, deve-se adotar uma metodologia sucessiva de descrição onde o guia deve ser o

primeiro instrumento a ser elaborado, e os demais instrumentos – inventários e catálogos - concomitante ou sucessivamente. Por sua vez, o catálogo seletivo e a edição de fontes podem ser desenvolvidos como trabalhos paralelos, por serem instrumentos específicos. Os instrumentos de descrição sumária precedem os analíticos. Quanto ao critério de prioridade, Bellotto salienta que alguns autores como F. J. Himly (1979)<sup>33</sup> consideram prioridade na descrição os recolhimentos em massa mais recentes, e em seguida, as séries que se relacionam com as novas problemáticas da história, aliando este critério ao que se denomina como “nova clientela” dos arquivos: os pesquisadores de novas abordagens e temáticas, e principalmente os profissionais de outras áreas e não mais somente os historiadores. Para tal questionamento, Bellotto lembra que muitas vezes se renega um fundo ou série ao esquecimento e deterioração porque não foi descrito e divulgado devidamente, enquanto outros podem ser consultados de maneira exaustiva porque faltavam-lhe instrumentos de pesquisa. Logo, a autora defende a ideia de que se devem priorizar os fundos desconhecidos e/ou em condições de conservação que necessitem de intervenções urgentes, a fim de divulgar informações relevantes em situação de risco.

O conhecimento técnico da equipe é fundamental para a elaboração de instrumentos de qualidade arquivística e quem englobam a análise documentária e a indexação. Para tanto, é necessário saber “resumir conteúdos sem deformá-los; extrair dos documentos os assuntos, destes, os conceitos; dos conceitos os descritores; estabelecer-lhes cruzamentos e paralelismos” (BELLOTTO, 2006, p.223). Logo, o aperfeiçoamento e capacitação da equipe técnica devem ser assuntos relevantes para a direção da instituição. O estabelecimento de metas e cronogramas é fundamental para o desenvolvimento do trabalho, direcionando o planejamento da divulgação dos instrumentos já elaborados e a continuação do trabalho, a fim de contemplar os diferentes níveis da descrição documental. Deve-se considerar também a frequência de consultas ao acervo para estabelecer as metas de descrição e divulgação dos instrumentos de pesquisa. Todas essas prerrogativas colaboram para agilizar o trabalho dos arquivistas nas instituições públicas, para a difusão e acesso aos documentos, e conseqüentemente, para traçar as estratégias de conservação e preservação dos acervos.

---

<sup>33</sup>HIMLY, F. J. *Les instruments da recherche*: principes, definitions, commentaires critiques. Paris: Stage Technique International des Archives, 1979.

Não há informações de continuidade da descrição da Série Escravidão, ou se há alguma iniciativa de conservação dos códices originais da Série. A seguir, apresenta-se o resultado prático da pesquisa desenvolvida a partir do conjunto documental Série Escravidão.

## 5 GLOSSÁRIO DE ESPÉCIES E TIPOS DOCUMENTAIS DA SÉRIE ESCRAVIDÃO

A seguir apresenta-se o resultado da pesquisa realizada junto ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, por meio das consultas ao instrumento de pesquisa inventário analítico e da leitura dos 10 microfilmes de consulta do conjunto documental Série Escravidão, sob bases teórico-metodológicas da identificação de espécies e tipos documentais, da Diplomática Contemporânea e Tipologia Documental. O termo identificação surgiu no campo arquivístico na década de 1980, por influência da escola espanhola, primeiro com o grupo dos arquivistas de Madri, e consolidou-se com o Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, coordenado pela Espanha, e do qual participavam Espanha, Brasil, México e Portugal, formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madri, em 1991. A identificação arquivística é uma importante ferramenta metodológica, fundamentada no diagnóstico e estudo sobre os documentos de arquivo e seu órgão produtor, propondo soluções para as questões apresentadas. No Brasil, a prof.<sup>a</sup> Ana Célia Rodrigues desenvolve desde 2003 pesquisas e projetos voltados para a identificação arquivística como função fundamental para a gestão de documentos, pois o conceito remete também ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e registro de informações sobre as condições de acumulação dos documentos. Destaca-se, como já mencionado, o Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no APERJ.

### 5.1 TRAJETÓRIA E METODOLOGIA DA PESQUISA

Como parte dos estudos iniciados em 2015, durante a disciplina Diplomática ministrada no curso de Arquivologia na UNIRIO, a leitura e o desenvolvimento da fundamentação teórica pertinente aos estudos em Diplomática Contemporânea e Tipologia Documental foram o ponto de partida dessa pesquisa. Em setembro de 2018 iniciou-se a *práxis* desta pesquisa. Através de estágio realizado há alguns anos no

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro tomou-se conhecimento sobre o conjunto documental que compõe o Fundo Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Na época o fundo, dividido entre as Séries Escravidão, Família Real e Imperial e Associações e Associados, e Independência, passava por tratamento técnico do projeto ADAI, conforme mencionado em seção anterior. Ao iniciar este projeto, optou-se por pesquisar a referida documentação da Série Escravidão sob os aspectos pertinentes à abordagem arquivística, pois frequentemente os documentos da escravidão são analisados de forma historiográfica pelos historiadores, e não de forma arquivística por arquivistas. Surgiram as seguintes questões: quais as contribuições da Arquivologia para a pesquisa histórica? A descrição utilizada pela equipe técnica do AGCRJ satisfaz as possíveis dúvidas da diversidade de pesquisadores que consultam a documentação? Qual a fundamentação teórica capaz de nortear novas possibilidades de pesquisa arquivística quando se trata de documentação do período colonial brasileiro? A leitura do instrumento de pesquisa inventário analítico não satisfazia essas questões, pois apesar do conceito de instrumento adotado – analítico - a descrição apresentava-se de forma genérica.

Conforme explicitado na seção anterior, os códices com documentação mais antiga (1758-1810 aproximadamente) estavam parcial ou totalmente ilegíveis. O objetivo proposto anteriormente consistia em elaborar um instrumento de pesquisa mais apropriado segundo os critérios da política de descrição arquivística e sob inspiração do projeto de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde a equipe técnica liderada pela prof.<sup>a</sup> Ana Célia Rodrigues desenvolveu o mapeamento das estruturas administrativas do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e sob influência da classificação e descrição do Grupo dos Arquivistas de Madri, classificou os documentos produzidos pelo Governo do Estado do RJ por Tipologia Documental. Contudo, o arranjo aplicado à documentação nas décadas de 1910-1920, quando houve o recolhimento ao então Arquivo do Distrito Federal, foi feito por assunto, e não necessariamente seguiu o fluxo da produção documental, nem refletiu as estruturas, funções e atividades, descaracterizando a organicidade e o inter-relacionamento entre os documentos do fundo documental. E as dificuldades de identificação de alguns documentos não permitiam que se aplicasse uma descrição por tipologia documental.

Optou-se então por manter a aplicabilidade da Diplomática Contemporânea e Tipologia Documental, para as espécies e tipos documentais que fossem possíveis identificar, e a partir dos resultados coletados, desenvolver um glossário de espécies documentais da Série Escravidão do Fundo Câmara Municipal, a fim de auxiliar futuras pesquisas, sob uma perspectiva arquivística, não só da História, mas principalmente, em Arquivologia. O objetivo é apresentar como a metodologia de identificação de espécies e tipos documentais podem auxiliar os pesquisadores na compreensão dos contextos de produção, quais atores participaram da produção de um determinado conjunto, como determinadas atividades produzem espécies específicas de documentos, sob conteúdo padronizado e como estes documentos se relacionam com os demais, estabelecendo relações orgânicas e permitindo a compreensão de uma narrativa.

Em outubro de 2018 iniciaram-se as visitas à instituição para a observação dos códices da série. Por questões de fragilidade do suporte, foram consultados os 10 microfimes de consulta, disponibilizados aos pesquisadores. Com o auxílio do instrumento de pesquisa Inventário Analítico desenvolvido pela equipe do AGCRJ, e conforme literatura pertinente à escravidão urbana, estabeleceram-se as relações entre as atividades desenvolvidas na Corte e os documentos produzidos pelo Fundo Câmara Municipal. As câmaras municipais eram órgãos colegiados, com funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia e constituíam a menor divisão administrativa da Colônia portuguesa no Brasil. Eram instituídas nos locais com estatuto de vila e podiam ser criadas por um decreto real ou por meio de uma petição dos moradores locais ao rei, formadas através de processo eleitoral, de que participavam, como eleitores e candidatos aos cargos, apenas os “homens bons” da localidade. O cargo de juiz ordinário era constituído em número de dois, sendo que um deles acumulava a função de presidente da Câmara. Cabia-lhe a aplicação da lei em primeira instância e a fiscalização dos outros funcionários. Também deveria exercer a função de juiz dos órfãos<sup>34</sup> onde não houvesse esse ofício. O papel administrativo era assumido pelos vereadores, que tinham, entre outras, as funções de determinar os impostos, fiscalizar os oficiais da municipalidade e a aplicação da lei

---

<sup>34</sup>Provido pelo rei durante o período de três anos, deveria ter acima de trinta anos. Tinha por funções cuidar dos órfãos e de seus bens, inventariando, zelando seus patrimônios, fazer os devidos registros de seus bens e garantir a educação e cuidados para a criação dos órfãos. (SALGADO, 1985, p. 360).

pelos juízes ordinários<sup>35</sup>, zelar pelas obras e pelos bens do lugar, fiscalizar as contas do procurador e do tesoureiro, determinar os preços de alguns produtos, os ordenados dos oficiais mecânicos, jornaleiros e moças de soldada, lançar fintas, além de despachar com os juízes os feitos provenientes dos almotacés<sup>36</sup> (SALGADO, 1985, p. 132-133). Outro oficial ligado às atividades administrativas era o procurador, que tinha atribuições ligadas à administração das rendas e das demandas da municipalidade, cuidando dos reparos e consertos de casas, fontes, pontes, chafarizes, poços, calçadas, caminhos e outros bens, além de servir como tesoureiro onde não houvesse esse ofício (SALGADO, 1985, p. 133-134).

Em 1792, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro era formado pelo juiz de fora, vereadores, procurador, escrivão, tesoureiro, porteiro e guarda-livros, síndico, almotacés, escrivão da almotaçaria, tabeliães, inquiridor, contador, distribuidor. Cada câmara tinha uma configuração própria, determinada historicamente, de acordo com as diferentes conjunturas econômicas, sociais e políticas existentes no espaço colonial. Em 1809, o decreto de 28 de julho criou o cargo de Provedor-mor de Saúde da Corte, cujas atribuições envolviam a regulação das quarentenas feitas nos navios provenientes de portos estrangeiros, as averiguações feitas sobre os mantimentos e gêneros alimentícios, entre outras. No entanto, conforme estabelecido pelo regulamento de 22 de janeiro de 1810, fora da Corte tais atividades cabiam às câmaras, através do juiz de fora ou do juiz ordinário. Em relação à defesa, ainda nesse ano, a decisão n. 18 mandou que as câmaras formassem companhias de capitães do mato para efetuarem a prisão dos escravos fugidos e assalto dos quilombos. No Rio de Janeiro, a criação da Intendência-geral de Polícia, em 1808, órgão responsável por uma série de medidas relacionadas à segurança e manutenção da ordem pública, provocou conflitos de jurisdição com o Senado da Câmara da cidade, pois ambos compartilhavam a mesma esfera de atuação governativa. A decisão nº 15 de 1808 determinou que a Intendência tivesse o cuidado das ruas, asseio, calçadas, estradas,

---

<sup>35</sup> Eleitos trienalmente para servir durante o período de um ano, para a jurisdição da comarca onde obrigatoriamente residiam. Julgavam em primeira instância, cabendo a eles, no entanto, apelação para o rei, tribunais-régios, governadores. (SALGADO, 1985, p. 360)

<sup>36</sup> Eram oficiais responsáveis por assegurar o abastecimento e regular as atividades comerciais de vilas e cidades, inspecionando as feiras, aferindo pesos e medidas e verificando mercadorias levadas ao público. Eram responsáveis também pelo ordenamento urbano, fiscalizando construções e infratores pela cidade.

pontes, fontes, exercendo atividade cumulativa à da Câmara, que ficava obrigada a passar a terça parte de seus rendimentos para a Intendência.

À primeira vista percebeu-se que muitos documentos eram classificados como “cartas”, mas após leitura compreendeu-se que se tratavam de requerimentos, autos de processos, pois a forma dos documentos e os textos traziam em si as características que diferenciavam as espécies. A partir dos resultados da identificação das espécies e tipos documentais da Série Escravidão, utilizou-se o método comparativo apoiado no consagrado glossário de espécies documentais desenvolvido por Heloísa Bellotto (2006, 2008), a fim de saber quais tipos documentais foram produzidos especialmente no contexto do sistema escravista no Brasil, compreendendo a data-baliza 1759-1888. As espécies documentais foram classificadas como diplomáticas ou não, conforme Bellotto (2004, p. 46): os documentos diplomáticos, objeto da Diplomática, são os de natureza jurídico-administrativa que, refletem no ato escrito as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, configurando assim os documentos públicos.

A fim de categorizar os documentos, norteou-se pelas categorias jurídicas apresentadas por Bellotto (2006). Categorias documentais são as categorias em que são organizados os documentos de acordo com o conteúdo de representatividade jurídica neles contidos, podendo ser discriminados em: dispositivos, testemunhais ou probatórios e informativos. Os documentos dispositivos são divididos em três subgrupos, os documentos dispositivos normativos, que são aqueles que manifestam a vontade de autoridades eminentes que deve ser obedecida imediatamente, os documentos dispositivos de ajuste, que envolvem pactos entre partes distintas, e os documentos dispositivos de correspondência, que determinam o cumprimento do dispositivo normativo. Os documentos testemunhais são responsáveis por informar sobre o cumprimento dos documentos dispositivos, sendo testemunhais de assentamento: configurados por registros oficialmente escritos sobre fatos ou ocorrências, ou comprobatórios, que derivam dos de assentamento. Os documentos informativos ampliam a informação acerca de outros documentos, sendo opinativos ou enunciativos.

As conceituações acima expostas foram exemplificadas no glossário de espécies documentais abaixo situado. A fim de facilitar e caracterizar a metodologia

adotada nesta pesquisa, o glossário da Série Escravidão foi elaborado como quadro comparativo.

## 5.2 GLOSSÁRIO DE ESPÉCIES E TIPOS DOCUMENTAIS DA SÉRIE ESCRAVIDÃO – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL

Para a elaboração do glossário de espécies e tipos documentais da Série Escravidão foram consultados, a fim de compreender suas estruturações, o Glossário de espécies e tipos documentais em Arquivos de Laboratório do Museu de Astronomia e Ciências Afins, de 2014 (coordenação de Maria Celina Soares de Mattos e Silva), o Glossário de Espécies/Formatos e Tipos Documentais da Universidade de São Paulo, de 1997, Catálogo de Documentos “Avulsos” da Capitania da Bahia, Projeto Resgate Barão do Rio Branco – Biblioteca Nacional, de 2003 (coordenado por Maria Teresa Navarro de Britto Mattos e Rita de Cássia S. de Carvalho Rosado), e os Glossários de Espécies Documentais de Heloísa Bellotto (2006; 2008). Especificamente dos glossários de Bellotto foram extraídos os conceitos de cada espécie documental.

Abaixo, segue a proposta de glossário da Série Escravidão, elaborada a partir da metodologia exposta acima. Conforme o quadro comparativo, notam-se de um lado a conceituação das espécies documentais por Bellotto, e de outro as espécies e tipos documentais encontrados nos códices da Série Escravidão.

QUADRO 2: Glossário de Espécies e Tipos Documentais da Série Escravidão:

ESPÉCIES DOCUMENTAIS (BELLOTTO, 2006; 2008)	ESPÉCIES E TIPOS DOCUMENTAIS DA SÉRIE ESCRAVIDÃO
<b>Alvará:</b> documento diplomático dispositivo de correspondência. Licença ou autorização dada por autoridade competente de direitos ou para realização de atos ou eventos, com validade de um ano ou provisão especial pela	<b>Alvará para negociar escravos ladinos em escritório:</b> licença adquirida para comercializar em escritório particular os escravos ladinos, pela especificidade de falarem a língua portuguesa e estarem inseridos na cultura da cidade, diferente dos pretos novos (recém-chegados nos navios

<p>qual o juiz autoriza, aprova ou confirma certo ato, estado ou direito.</p>	<p>negreiros), que eram comercializados nos mercados e casas pelo Valongo.</p> <p><b>Alvará de abertura de escritório comercial de escravos:</b> licença para abertura de escritório ou manutenção de atividade de comercialização em endereço fixo, para aluguel e venda de escravos. Emitido pela Câmara Municipal, mediante apresentação de garantia de fiança e/ou certidões negativas de débitos.</p> <p><b>Alvará para colocação de escravo ao ganho:</b> licença recebida pelo proprietário para colocar escravo ao ganho, mediante pagamento de taxa da placa de identificação que deveria andar com o escravo. Emitido pela Câmara Municipal, mediante apresentação de garantia de fiança e/ou certidões negativas de débitos.</p>
<p><b>Ata:</b> documento diplomático testemunhal de assentamento. Registro das ocorrências de reunião, assembleia ou sessão, assim como das decisões tomadas.</p>	<p><b>Atas de Reunião da Junta Classificadora de Escravos:</b> registros referentes às reuniões definidoras das atividades da Junta Classificadora para Emancipação de Escravos.</p>
<p><b>Auto:</b> documento diplomático testemunhal de assentamento. Relato pormenorizado de um acontecimento com a finalidade de conduzir um processo a uma decisão, ou um infrator a uma sanção.</p>	<p><b>Autos dos avaliadores de escravos:</b> relatos sobre fugas, sobre casas de comercialização; <b>autos de processos judiciais:</b> relatos dos processos de diversos autores, sobre dívidas não pagas, sobre crimes de violência pessoal, sobre venda de escravos; <b>autos dos capitães do mato:</b> relatos das rotinas de seus afazeres,</p>

	<p>atestando idoneidade de pessoas, solicitações de continuação no cargo de capitão do mato.</p>
<p><b>Carta:</b> documento não diplomático, mas de desenho geralmente padronizado, informativo. Correspondência enviada por autoridade subalterna/delegada ou súdito ao rei, diferindo do requerimento ou petição pela natureza do teor documental.</p>	<p>As cartas compreendem volume significativo entre a documentação da Série, tendo como principais assuntos: cartas enviadas por proprietários de escravos acusados de envolvimento em brigas; sobre escravos doentes internados no Lazareto; cartas tratando de inventários de bens e escravos adquiridos por herança, cartas de parabenização, destinadas tanto à Câmara Municipal quanto à Regente Princesa Isabel, pela Abolição da Escravidão, tendo como remetentes ministros de outras províncias do país e de outros países, como Uruguai, Estados Unidos e Portugal; enviada pelo Primeiro secretário do Instituto Histórico Brasileiro oferecendo ao presidente da Câmara medalha comemorativa pela Lei Áurea; carta do ex-presidente argentino Bartolomeu Mitre à Câmara felicitando-a pela abolição da escravidão e relatando as manifestações populares na Argentina. Há um documento em especial, que compreende uma carta epistolar, de uma escrava liberta dirigida à Regente Princesa Isabel, solicitando ajuda para completar a quantia que falta para a libertação de sua filha inválida, que ainda se encontrava cativa. Não há relato de resposta. Muitas cartas de senhores de escravos são destinadas ao Fundo de Emancipação, declarando a existência de pecúlio acumulado por escravos a fim de custear a alforria, ou</p>

	sobre escravos recebidos em herança, para inscrição na matrícula especial.
	<b>Carta de apresentação de fiador:</b> documento apresentando pessoa física capaz de servir como fiador e garantir o pagamento de dívidas, para aquisição do alvará para comercializar escravos individualmente ou abrindo casa.
	<b>Carta de penhora de bens:</b> documento apresentando escravos e imóveis para pagamento de dívidas públicas.
<b>Carta de alforria/libertação:</b> documento diplomático, testemunhal, comprobatório. Documento nominal comprovante de libertação de escravos passado por autoridade notarial.	Além das cartas de alforria concedidas por iniciativa voluntária dos senhores ou por meio de pagamento da liberdade pelo escravo, haviam as cartas anexadas aos processos de libertação conduzidos pela Junta Classificadora. Manuscritas pelos proprietários, declarando nome, idade, sexo e se escravo possuía família, acompanhada do registro do escravo na matrícula especial da Junta. Observa-se que muitas são denominadas Cartas de Libertação.
<b>Certidão:</b> documento diplomático, testemunhal comprobatório. Documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento.	<b>Certidão de Batismo de Escravo</b> contida junto aos documentos para libertação do mesmo.
	<b>Certidão de dívidas prediais:</b> documento que atestava a dívida de proprietário para com o Tesouro Municipal, referente a quitação de imóvel.

	<p><b>Certidão Negativa de Débitos:</b> documento que atestava a não existência de dívidas de pessoa física para com o Tesouro Municipal.</p> <p>Geralmente requisitado para aquisição de alvará para comercializar escravos e/ou abrir escritório comercial.</p>
<p><b>Certificado:</b> documento diplomático testemunhal comprobatório. Declaração que garante a veracidade de um fato, de um estado de coisas ou o bom estado de um objeto ou equipamento.</p>	<p><b>Certificado de matrícula especial:</b> documento produzido pela Comissão da Junta Classificadora atestando a inscrição de escravo na relação especial de candidatos à libertação. Geralmente anexado ao processo de libertação de escravos.</p>
	<p><b>Certificado de propriedade de escravo:</b></p> <p>Requerido junto à Câmara Municipal, geralmente para impedir o recolhimento de escravo de ganho pela Intendência de Polícia, ou para atestar a propriedade de bens e situação regular do escravo. Geralmente acompanhado por documento da Recebedoria do Rio de Janeiro atestando a situação regular e a certidão emitida pela Câmara.</p>
<p><b>Comprovante:</b> entenda-se como <i>certificado</i>.</p>	<p><b>Comprovante de quitação de Imposto de Indústrias e profissões:</b> Documento que atestava quitação de imposto exigido pelo exercício de profissão (arquiteto, médico, advogado...), ou por abertura de casa e/ou escritório para comercialização de escravos.</p> <p>Emitido pela Recebedoria do Tesouro Municipal, taxa cobrada anualmente.</p>

<p><b>Convite:</b> documento não diplomático, informativo. Solicitação para que alguém esteja presente em um lugar ou ato determinado.</p>	<p>Na Série há certa quantidade de convites e respostas de agradecimento para “TeDeum<sup>37</sup>” comemorativo da Lei assinada em 13 de maio; convites para eventos em comemorações cívicas como aniversário da Independência do Império do Brasil; velórios de pessoas notáveis como a condessa do Rio Novo; para os atos anuais de libertação de escravos pelo Fundo para Emancipação de Escravos;</p>
<p><b>Edital:</b> documento não diplomático, informativo. Ordem oficial ou traslado de postura afixado em lugares públicos.</p>	<p><b>Editais de convocação da Junta Classificadora:</b> Publicações da Junta Classificadora com o propósito de dar ciência sobre os critérios para classificação de escravos, sobre os prazos para inscrição na matrícula especial e convocando para a cerimônia anual de libertação dos escravos. Há relatos da Recebedoria do Rio de Janeiro e da Junta pedindo a fixação dos editais nas portas das igrejas.</p>
<p>Não há descrição no Glossário.</p>	<p><b>Escrita Comercial:</b> documento não diplomático informativo. Livro contendo os registros de compra e venda de diversas mercadorias, incluindo escravos, lançamentos e retiradas, de empresas e comerciantes.</p>
<p><b>Escritura:</b> documento diplomático, testemunhal de assentamento, notarial. Registro autêntico de um contrato ou de</p>	<p><b>Escritura de compra e venda de escravo:</b> documento comum nas transações de aquisição de escravos, onde eram declaradas informações sobre nome, idade, nação e se</p>

---

<sup>37</sup>Celebração litúrgica promovida na Antiga Catedral da Sé para comemorar a abolição da escravidão e a vida da regente Princesa Isabel.

<p>uma transação feita por oficial notarial.</p>	<p>possuía dono anterior. Lavrada em cartório de notas.</p> <p><b>Escritura de fiança com hipoteca:</b> Registro de garantia que um candidato à negociador de escravos fazia à Câmara Municipal, hipotecando geralmente a casa. Garantia comum para quem desejava solicitar cargo de negociador/avaliador de escravos. Lavrada em cartório de notas.</p>
<p><b>Ficha:</b> documento não diplomático, informativo. Formato padronizado que ganha categoria de espécie documental quando abriga informações sucintas para fins específicos.</p>	<p><b>Ficha de Inscrição na Matrícula especial da Junta Classificadora:</b> Documento a ser preenchido por ordem de terceiros ou do próprio proprietário, indicando a candidatura de escravo para concorrer a libertação pelo Fundo para Emancipação de Escravos.</p>
<p><b>Notificação:</b> documento diplomático informativo. Documento que dá ciência a pessoa física ou jurídica sobre um processo ou um ato no qual ela está inserida.</p>	<p><b>Notificação de dívida:</b> Há diversas notificações de particulares sobre dívidas para com a Câmara, desde impostos sobre comercialização e legalização de escravos a dívidas referentes à Décima Urbana.</p>
<p><b>Ofício:</b> documento não diplomático, informativo. Meio de comunicação do serviço público, padronizado, escrito entre subalternos e autoridades e entre os órgãos públicos entre si e os particulares, em caráter oficial.</p>	<p>Há ofícios de diversas origens e sobre temas variados, entre estes: do reitor do Colégio Pedro II dirigido à Junta Classificadora sobre indicação de escravos; entre autoridades de diversos órgãos e o Contador da Corte sobre os preparativos da comemoração da assinatura da Abolição da Escravidão; de Cirurgião-Mor à Câmara explicando porque seu escravo trabalhava como “sangrador e tira-dentes”; do Chefe de Polícia à Câmara</p>

	<p>proibindo a locação de casas escravos (vistos como perigosos); dos despachantes da Câmara ao presidente da mesma a respeito do Livro de Ouro.</p>
<p><b>Parecer:</b> documento diplomático opinativo ou não diplomático, dependendo da instância. Opinião técnica ou científica sobre um ato, servindo de base para tomada de decisão</p>	<p><b>Pareceres:</b> da Câmara referentes a processos de particulares sobre brigas, prisões e degredos de escravos, sobre processos contra terceiros por não pagamento de sisa.</p>
<p><b>Portaria:</b> documento diplomático normativo dispositivo. Ordem régia expedida em nome do soberano, em geral por secretários de Estado, e que contém instruções sobre a aplicação de leis, normas de serviço, nomeações, demissões ou punições.</p>	<p><b>Portarias:</b> Tratavam principalmente da necessidade de regularização dos impostos e licenças sobre escravos, normas quanto ao estabelecimento dos serviços públicos, como remoção de lama.</p>
<p><b>Precatório:</b> documento diplomático dispositivo normativo. Documento pelo qual a autoridade governamental do judiciário ou fazendária emite uma ordem relativa à apreensão de bens.</p>	<p><b>Precatório:</b> dirigido ao Tesouro Municipal sobre escravos apresados a bordo de navio pela Guarda-Marinha.</p>
<p><b>Processo:</b> documento não diplomático, informativo. Desenvolvimento de um expediente, incluindo tipos diversos de documentos e que, recebendo informações,</p>	<p><b>Processo:</b> Há diversidade sobre os temas dos processos, entre eles: diversos processos sobre a arrematação de escravos (indicando características das “mercadorias” a serem arrematadas em leilões e por compra direta do mercado de escravos); processos tratavam de</p>

<p>pareceres e despachos, tramita até que se cumpra o ato administrativo que gerou a sua criação.</p>	<p>crimes como furto e ferimentos graves cometidos por escravos; processos sobre negociação de escravos ladinos e sisa paga não satisfatória.</p>
<p><b>Procuração:</b> documento diplomático informativo. Instrumento pelo qual uma pessoa recebe de outra, poderes para em nome delas praticar atos ou administrar bens.</p>	<p>A Série contém <b>procurações públicas</b> (lavradas em Cartório de Notas) e <b>instrumentos particulares</b> (passados diretamente, sem lavratura em Cartório), conferindo poderes para negociar imóveis, escravos e quando se tratavam das alforrias de escravos, poderes para assinar cartas de alforria em nome do proprietário dos escravos.</p>
<p><b>Programa:</b> documento não diplomático informativo. Exposição sumária de itens conjugados a serem cumpridos em prazo previsto.</p>	<p><b>Programas das festas comemorativas de libertação:</b> promovidas para libertar anualmente os escravos classificados pela Junta e financiado pelo Fundo para Emancipação de Escravos.</p>
<p><b>Projeto:</b> documento não diplomático informativo. Esquema de empreendimento a ser realizado comportando planejamento, pesquisa, preparação e elaboração.</p>	<p><b>Projeto de arrasamento dos Morros do Castelo e Santo Antônio:</b> O código 46.3.43 versa sobre projetos apresentados para arrasamento dos Morros do Castelo e de Santo Antônio, contendo pareceres, plantas, requerimentos solicitando construções de capelas no local. Data-baliza: 1860-1872.</p>
<p><b>Postura:</b> documento diplomático dispositivo normativo. Deliberação municipal escrita que obriga a população ao cumprimento de certos deveres de ordem pública.</p>	<p><b>Postura municipal:</b> A Série contém várias deliberações nas Posturas, e especificamente sobre os escravos de ganho, muitas advertências sobre as punições a que estavam condicionados os proprietários que colocassem escravos ao ganho sem o devido Alvará, podendo o escravo ser recolhido pela Intendência de Política e o proprietário pagar multas ao Tesouro Municipal.</p>

<p><b>Provisão-Régia:</b> documento diplomático normativo de correspondência. Ato pelo qual o rei concede algum benefício ou algum cargo a alguém; ou carta de ordem de que se serviam os tribunais para o despacho de seu expediente.</p>	<p><b>Provisão-Régia:</b> geralmente conferindo cargos públicos aos requerimentos de solicitação para exercer algumas atividades, como avaliador de escravos, capitão do mato, despachante, cirurgião-mor, entre outros.</p>
<p><b>Recibo:</b> documento não diplomático padronizado, testemunhal de assentamento. Reconhecimento escrito e assinado por recebimento de dinheiro ou objeto.</p>	<p><b>Recibo:</b> percebe-se quantidade significativa de recibos sobre dois assuntos específicos: muitos <b>recibos de contribuição para o Livro de Ouro</b>, que ajudaria a custear as libertações de escravos pela Junta Classificadora; e por ocasião da Assinatura da Lei Áurea, <b>recibos de contribuições para as comemorações da Abolição da Escravidão</b>, recibo de compra de cofre de ferro para guardar a pena de ouro usada pela princesa Isabel para assinar a Lei; <b>recibos de pagamento da Décima Urbana</b><sup>38</sup>; de taxas referentes a multas e para adquirir alvará de comercialização de escravos.</p>
<p><b>Recorte/clipping:</b> documento não diplomático informativo. Seleção de artigo, notícia ou ilustração recortada da imprensa periódica, relativa a um determinado assunto ou pessoa e colecionada por tema, nome, lugar ou data.</p>	<p><b>Recorte/clipping:</b> do Diário Oficial do Rio de Janeiro sobre leilões de peças diversas, sobre a promulgação da Constituição de 1824, sobre divulgação de escravos de ganho para atividades diversas.</p>

<sup>38</sup>Abreviação de “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos”, imposto predial estabelecido em 1808 para suprir os cofres públicos. Hoje equivalente ao IPTU.

<p><b>Regulamento:</b> documento diplomático, dispositivo normativo. Conjunto das condições em que uma lei deve ser executada; ou também o conjunto de normas que regem o funcionamento de uma subdivisão hierárquica e administrativa de uma instituição.</p>	<p><b>Regulamento da Junta Classificadora de Escravos:</b> dispunha sobre o funcionamento da Junta, os critérios para inscrição, classificação dos inscritos e os prazos para divulgação das relações de escravos a serem libertos pela Junta.</p>
<p><b>Relação:</b> documento não diplomático informativo. Lista de nomes de pessoas, objetos, quantias, fatos, etc.</p>	<p><b>Relação de inscritos na matrícula especial:</b> Lista contendo os nomes e principais informações, como cor, nação, idade, família e proprietário dos escravos inscritos na matrícula especial para concorrer à libertação pela Junta Classificadora. Anexados aos processos de alforria/libertação emitidos pela Junta Classificadora. Cada escravo liberto continha um pequeno processo contendo a carta de alforria, a relação de inscrição da matrícula especial, escritura de compra e venda quando houvesse e a devida quitação das taxas.</p> <p><b>Relação de casas e pessoas físicas que comercializavam escravos:</b> Lista com endereço e nomes (se fosse o caso de pessoas físicas) de onde se comercializavam escravos, e se estavam em situação irregular ou não perante a documentação obrigatória e as taxas.</p>
<p><b>Requerimento:</b> documento diplomático informativo, peticionário. Instrumento que serve para solicitar algo a uma</p>	<p>Há grande diversidade sobre os assuntos tratados nos requerimentos, entre eles: da Sociedade Abolicionista Cearense à Câmara Municipal solicitando permissão para realizar</p>

<p>autoridade pública e que, ao contrário de petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência.</p>	<p>intervenções urbanas nas áreas que circundavam sua propriedade; solicitações de proprietários quanto ao pagamento de escravos de sua posse empregados nas obras públicas; solicitações à Câmara de providências quanto à mantimentos para navios negreiros enviadas por traficantes de escravos, solicitações de providências quanto à pagamento insatisfatório de sisa por compra de escravos; de agente de leilões de escravos sobre isenção de taxas; solicitações de particulares para inscrição de escravos na matrícula especial da Junta Classificadora, visando também o ressarcimento para si.</p>
	<p><b>Requerimento para ocupação de cargo:</b> solicitações para ocupação ou manutenção de cargos conferidos pela Câmara, como avaliador de escravos, capitão do mato,</p>
	<p><b>Requerimento de escravos libertos para andar ao ganho:</b> uma vez que adquiririam o status de liberto, muitos escravos solicitavam diretamente à Câmara o alvará para trabalharem ao ganho, também mediante pagamento de taxa. Diferenciava-se porque não deviam mais a jornada a um proprietário, mas eram igualmente fiscalizados pela Polícia.</p>
	<p><b>Requerimento para funcionamento de casa de aluguel de escravos:</b> solicitação junto à Câmara para abertura de casas de locação de escravos de ganho e ladinos. Mediante pagamento de taxas e apresentação de garantias seria concedido Alvará.</p>

<b>Telegrama:</b> documento não diplomático informativo. Registro de notícias ou informação que se transmite por meio do telégrafo.	<b>Telegrama:</b> Emitidos por Câmaras das outras províncias e por ministros do Exterior de outros países como Uruguai, Estados Unidos e Portugal, endereçados à Câmara Municipal ou diretamente à Regente Princesa Isabel, parabenizando pela Abolição da Escravidão.
---	--

Através da metodologia de identificação desenvolvida durante a pesquisa prática no AGCRJ foi possível compreender de forma bastante clara a narrativa historiográfica sobre escravidão urbana utilizada durante este trabalho. Compreendeu-se que a identificação do fundo, seu contexto histórico e administrativo, bem como da instituição custodiadora do conjunto, foram fundamentais para a análise do conjunto documental, verificando as ausências e as presenças expostas nos documentos em si. Assim, comprovou-se a eficácia da metodologia de identificação arquivística, como primeira etapa para a função da descrição arquivística, tendo o glossário de espécies e tipos documentais como uma solução e contribuição para as pesquisas historiográficas e arquivísticas, em complemento à Política de Descrição Arquivística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro durante os séculos XVIII e XIX caracterizou-se pela particularidade da relação estabelecida entre o senhor e o escravo, entre as formas de vigiar o escravo e garantir o direito de lucro e propriedade do senhor, e como este escravo circulava no trabalho ao ganho pela cidade, garantindo a sua jornada, estabelecendo laços religiosos e sociais e almejando a sua liberdade – realidade mais próxima na cidade que no campo.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, instituição da Corte fiscalizadora e regulamentadora da administração da cidade, tornou-se a produtora da documentação deste período, constituindo importante fundo documental sobre escravidão. O objetivo desta pesquisa foi analisar a Série Escravidão pertencente ao Fundo Câmara Municipal da perspectiva arquivística, sob bases teórico-metodológicas consistentes da Diplomática Contemporânea, a fim de oferecer contribuições para a Arquivologia e para as pesquisas históricas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, partiu-se da análise bibliográfica da Diplomática, desde sua origem aos estudos recentes de identificação de tipologias documentais, a fim de validar o método do levantamento das espécies e tipos documentais como primeiro momento das funções arquivísticas de identificação e descrição, e que norteou a práxis da pesquisa. Analisando o instrumento de pesquisa inventário analítico da Série Escravidão foram identificadas algumas inconsistências terminológicas e metodológicas, que suscitaram as possibilidades de uma nova descrição, mais apropriada aos parâmetros do Conselho Internacional de Arquivos e do Conselho Nacional de Arquivos. Em seguida, através do levantamento historiográfico sobre a escravidão urbana, buscou-se compreender a dinâmica do trabalho escravo no espaço urbano, e como o Rio de Janeiro, enquanto Corte do Império do Brasil, adquiriu protagonismo no processo escravista. A identificação da história administrativa da Câmara Municipal e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, enquanto instituição custodiadora do Fundo auxiliaram no entendimento do tratamento técnico que a Série Escravidão recebeu ao longo do século XX, tanto o arranjo por assunto atribuído no Arquivo do Distrito Federal por volta das décadas de 1910-1920, quanto a descrição atribuída pela equipe do AGCRJ durante a realização

do projeto ADAI. Foi através desta coleta de dados que se verificou a necessidade de mudanças na metodologia adotada e no produto que esta pesquisa forneceria. Perante o arranjo por assunto e não funcional, a existência de documentos ilegíveis e a ausência de informações importantes sobre a transferência do conjunto documental para a guarda permanente, fizeram com que se optasse por elaborar um glossário de espécies documentais.

A metodologia da identificação arquivística, tendo como seu primeiro momento a análise do órgão produtor e do conjunto documental mostrou-se muito eficiente, pois permitiu a contribuição da Arquivologia para a compreensão da narrativa histórica da Escravidão Urbana, pois o conjunto documental, conforme elucidado aqui diversas vezes sob as palavras de Bellotto, refletiu funções, atividades e atos específicos do sistema administrativo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, durante os séculos XVIII e XIX, nos aspectos administrativos da escravidão. Ainda que muitas espécies já tenham sido catalogadas em outros instrumentos, pois são comuns na prática jurídica e administrativa brasileira, os tipos documentais específicos da escravidão urbana foram identificados e caracterizados. Nas muitas vezes em que faltavam informações, a própria documentação da Série era a responsável por preencher a narrativa histórica. Assim, comprovou-se a eficácia da metodologia de identificação arquivística, como primeira etapa para a função da descrição arquivística, tendo o glossário de espécies e tipos documentais como uma solução e contribuição para as pesquisas historiográficas e arquivísticas, em complemento à Política de Descrição Arquivística.

Considerando o caráter administrativo das espécies refletidas nos glossários, a única espécie da Série Escravidão que não constavam nos demais glossários era a *Escrita Comercial*. Entretanto, em comparação aos glossários de Bellotto, a maioria dos tipos documentais é própria da Série Escravidão, pois os documentos são reflexo das atividades específicas do sistema escravista desenvolvido e coordenado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Foram identificados como a mesma espécie em ambos os glossários: ofícios, portarias, pareceres, precatórios, processos, provisões-régias e telegramas.

Aqui lembramos o quanto o trabalho técnico realizado pelo projeto ADAI, aplicado à Série Escravidão, diante das condições de que a equipe técnica do AGCRJ dispunha na época da descrição, para a divulgação do inventário analítico, foi

importante para a preservação deste conjunto, pois as condições físicas não permitiam o acesso constante aos códices originais, havendo graves riscos de perda de suporte. A microfilmagem garantiu que um público maior pudesse acessar o acervo, sem comprometer a integridade do suporte original. Contudo, é preciso que este instrumento seja revisto e se preciso elaborado um novo instrumento – um catálogo, conforme bibliografia apresentada - mais condizente com os parâmetros do Conselho Internacional de Arquivos.

A sistematização das espécies e tipos documentais em formato de glossário apresentada nesta pesquisa pretende ser uma sugestão de abordagem teórico-metodológica, não sendo uma pesquisa conclusiva e definitiva, abrindo novas oportunidades de tratamento e metodologias de pesquisa. O objetivo principal é apresentar as contribuições da metodologia da diplomática contemporânea para as pesquisas históricas, para as pesquisas arquivísticas e dos muitos outros pesquisadores a quem os conjuntos documentais coloniais ou do período imperial possam interessar, contribuindo para os estudos da História e da historiografia, e da Arquivologia.

Esta pesquisa foi concluída no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, no ano em que se relembram os 130 anos da Abolição da Escravidão no Brasil. Espera-se que a arquivologia brasileira esteja sempre disponível para pesquisar, tratar, valorizar e dar acesso aos muitos conjuntos documentais da Escravidão, e que os futuros arquivistas e os já profissionais não limitem esforços em preservar a história deste país, não somente como os profissionais técnicos da informação e documentação, mas como agentes sociais da memória, da cultura e da informação.

## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro - 1808 a 1821. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. et. al. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2008.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. O Arquivo. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral>>. Acesso em: 11 de nov. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeConteudo?article-id=2980837>> Acesso em: 11 de out. 2018.

ASSIS, João Marcus de Figueiredo; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho. A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo. In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, nº 10, 2016, p. 81-89.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 4ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Segunda edição revista e ampliada. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo**. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8)

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.

CARVALHO, Mariza Soares de. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione**. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1987.

**Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes a Capitania da Bahia, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. Projeto Resgate. Biblioteca Nacional, 2003. Disponível em: <<https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc005/CU-Bahia.pdf>> Acesso em: 15 de nov. 2018.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. Trad. Adelina Novaes e Cruz. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, jan./jun. 1994.

\_\_\_\_\_. **Diplomática: nuevos usos para una antigua ciencia**. Trad. Manuel Vázquez. Carmona (Espanha): Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.

**Glossário de espécie e tipos documentais em arquivos de laboratórios**. Organização da publicação e textos: Maria Celina Soares de Mello e Silva. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, Arquivo de História da Ciência, 2014, 44p.

**Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo**. São Paulo, USP, 1997. Disponível em: <<http://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/02/glossario1.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. 2018.

GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLLI, Natália Bolfarini. **Contribuições da metateoria para o método diplomático em Arquivologia**. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.24-34, jan-abr, 2013.

HERRERA, Antónia Heredia. Ciências auxiliares de la Archivística. In **Archivística general: teoría y practica**. 4ª ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1989. cap. 2, p. 33-51.

KARRASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

**Inventário Analítico – Série Escravidão – Fundo Câmara Municipal**. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Data-baliza: 1759-1888. 10 microfilmes.

LEAL, João Eurípedes Franklin. **Origens da Diplomática**. Material para disciplina de

Diplomática da UNIRIO. Rio de Janeiro, ago.2015.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo, 2008, Tese (Doutorado em História Social), USP. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/.../TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf)> Acesso em: 06 out. 2018.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**, 4º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Tradução de Sonia Furhmann. Petrópolis: Vozes, 2016.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da diplomática: Em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos**. 1, ed. São Paulo: Editora UNESP, Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <[http://www.culturaacademica.com.br/\\_img/arquivos/A-construcao-teorica-da-diplomatica-WEB.pdf](http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/A-construcao-teorica-da-diplomatica-WEB.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2018.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Pró-Memória/ Instituto Nacional do Livro, 1985.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. **Os bastidores da Lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação**. In: *Revista de História UFBA*, 1, 2 (2009), p. 18-39. Disponível em: <[http://www.revistahistoria.ufba.br/2009\\_2/a02.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a02.pdf)> Acesso em: 20 set. 2018.

Seminário **“Dar nome aos documentos: da teoria à prática”** (2013: São Paulo) Dar nome aos documentos: da teoria à prática. Apresentação de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da Silva. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Valongo. In: **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. Org. Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (p. 419-425).